

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

KARINA RUFINA CANTANHÊDE SILVA

Educação popular e relações étnico-raciais

O Cursinho Popular Florestan Fernandes para além do vestibular

GUARULHOS

2018

KARINA RUFINA CANTANHÊDE SILVA

Educação popular e relações étnico-raciais

O Cursinho Popular Florestan Fernandes para além do vestibular

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
de São Paulo como requisito parcial
para obtenção do grau em
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela
Graciano

GUARULHOS

2018

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

Silva, Karina Rufina Cantanhêde.

Educação popular e relações étnico-raciais: o Cursinho Popular Florestan Fernandes para além do vestibular/ Karina Rufina Cantanhêde Silva. Guarulhos, 2018.
121 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientadora: Mariângela Graciano

Título em inglês: Popular education and ethnic-racial relations: the Cursinho Popular Florestan Fernandes beyond the university entrance examination

1. Educação popular 2. Cursinho Popular 3. Relações étnico-raciais

I. Título

KARINA RUFINA CANTANHÊDE SILVA

Educação popular e relações étnico-raciais

O Cursinho Popular Florestan Fernandes para além do vestibular

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
de São Paulo como requisito parcial
para obtenção do grau em
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela
Graciano

Aprovado em: 7 de dezembro de 2018

Prof.^a Dr.^a Mariângela Graciano

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Prof. Dr. Cleber Santos Vieira

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Prof.^a Dr.^a Marieta Gouvêa de Oliveira Penna

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Para meus pais, Lúcia e
Raimundo e também para
minha pequena Valentina.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Lúcia Maria e Raimundo Rufino, pelas noites não dormidas enquanto eu não chegava e principalmente porque me fizeram forte mesmo quando a fraqueza chegou. Por me ensinaram, que mesmo com cansaço, não se pode desistir.

Ao meu amor e companheiro Marco Sabatini, que esteve ao meu lado durante esses quatro anos, sofreu comigo todas as dores da vida acadêmica e me trouxe conforto. Além disso, me mostrou a beleza da vida e sempre acreditou no que sou e no trabalho que faço.

À minha irmã Leticia Cantanhede que muitas vezes achou que era minha mãe ao cuidar de mim e por ter nos dado a Valentina, o que tornou nossas vidas muito melhores.

Ao meu amigo Henrique Marques, por todos os livros emprestados e não devolvidos. Além de livros, me emprestou sua companhia todas as vezes que eu voltava para casa à noite com medo e angustiada esperando que esse ciclo acabasse logo.

À minha amiga Ariane Almeida, que mesmo com a distância nesses cinco anos de graduação, mostrou-me que amizade não é presença física.

Aos meus primos Natasha Quaresma e Kevin Quaresma por muitos finais de semana que passamos estudando juntos e que tornavam os dias bem melhores.

Às minhas amigas Ana Carolina e Mayara Luiza que estiveram comigo ao longo dessa jornada.

À minha orientadora Mariângela, com quem tive o prazer de aprender um pouco mais sobre o universo da educação de jovens e adultos. Além disso, sempre foi gentil e prestativa comigo para além do TCC.

Aos meus sogros e cunhado, Edson Sabatini, Sandra Ribeiro e Lucas Sabatini, por terem me recebido em sua casa para que eu conseguisse concluir minha graduação.

Ao cursinho Florestan Fernandes, alunos, professores e coordenação que me receberam e permitiram que essa pesquisa fosse realizada.

*A alegria não chega apenas no encontro do
achado, mas faz parte do processo da
busca. E ensinar e aprender não podem
dar-se fora da procura, fora da boniteza e
da alegria.*

Paulo Freire

RESUMO

Essa pesquisa investiga o Cursinho Popular Florestan Fernandes (CPFF) por meio de duas perspectivas entrelaçadas: a educação popular e as relações étnico-raciais. Diante dos excludentes e exigentes vestibulares, o CPFF precisa aliar o objetivo primário de seus alunos (ingressar no ensino superior) com o engajamento político e libertário que toda educação popular exige. Procuraremos, assim, analisar esse Cursinho a fim de compreendermos suas estruturas como um espaço produtor de educação popular que necessita, a todo o momento, enfrentar contextos contraditórios e problemas complexos. Para isso, focaremos nas relações étnico-raciais já que a população negra foi uma das populações menos privilegiadas e mais exploradas ao longo de toda a história brasileira. Analisando um grupo com poder político e econômico historicamente minoritário, podemos também compreender se o Cursinho Popular Florestan Fernandes consegue, de fato, evitar a reprodução das estruturas racistas de nossa sociedade e criar condições reais de uma educação popular que possa se concretizar e se engajar por um mundo menos injusto e desigual.

Palavras-chave: Educação popular, cursinho popular e relações étnico-raciais

ABSTRACT

This research investigates the Cursinho Popular Florestan Fernandes (CPFF) through two intertwined perspectives: popular education and ethnic-racial relations. Faced with the exclusionary and demanding university examination, the CPFF must align the primary objective of its students (to enter higher education) with the political and libertarian engagement that all popular education demands. Therefore we will seek to analyze this Course in order to understand its structures as a productive space of popular education that needs, at all times, to confront contradictory contexts and complex problems. To that end, we will focus on ethnic-racial relations since the black population was one of the least privileged and most exploited populations throughout Brazilian history. Analyzing a group with historically minority political and economic power, we can also understand if the Cursinho Popular Florestan Fernandes can, in fact, avoid the reproduction of the racist structures of our society and create the real conditions of a popular education that can be concretized and engaged by a world less unjust and unequal.

Keywords: Popular education, popular course and ethnic-racial relations

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigos sobre cursinhos populares.....	20
Tabela 2 – Características dos alunos entrevistados.....	27
Tabela 3 - Escolaridade e trabalho dos alunos entrevistados.....	28
Tabela 4 – Características dos professores e coordenadora entrevistados.....	28
Tabela 5 – Escolaridade e trabalho dos professores.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alunos de 2017 autodeclarados.....	20
Gráfico 2 – Formação escolar dos alunos.....	29
Gráfico 3 – Idade dos alunos do cursinho.....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: JUSTIFICATIVA E ENGAJAMENTO PESSOAIS.....	15
I.1. Justificativa pessoal e acadêmica.....	16
I.2. Justificativa social.....	18
CAPÍTULO II: O CURSINHO POPULAR.....	23
II.1. Considerações sobre a origem do cursinho popular.....	24
II.2. O Cursinho Popular Florestan Fernandes.....	27
CAPÍTULO III: DIMENSÃO DA FORMAÇÃO POLÍTICA DO CURSINHO.....	34
III.1. Percepções sobre racismo.....	35
a) Considerações sobre os conceitos de raça e racismo.....	35
b) Tratamento genérico do racismo.....	37
III.2. Percepção do termo “conscientização”.....	45
III.3. Processo de conscientização.....	48
III.4. Espaço do cursinho como produtor de cultura.....	49
CAPÍTULO IV: A EDUCAÇÃO POPULAR RELACIONADA À ESTRUTURA DO CURSINHO POPULAR FLORESTAN FERNANDES.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
BIBLIOGRAFIA.....	64
ANEXOS.....	69
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	70
Roteiro de entrevistas para os professores.....	71
Roteiro de entrevistas para os coordenadores.....	73
Roteiro de entrevistas para os alunos.....	75

Entrevista com aluna J.....	77
Entrevista com aluno I.....	83
Entrevista com aluno G.....	87
Entrevista com aluna N.....	90
Entrevista com aluno R.....	95
Entrevista com aluno W.....	99
Entrevista com o professor de matemática.....	103
Entrevista com o professor de biologia.....	107
Entrevista com a professora de redação.....	110
Entrevista com a coordenadora.....	113

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca investigar o Cursinho Popular Florestan Fernandez (CPFF) localizado na cidade de São Paulo, organizado por estudantes universitários para jovens e adultos de baixa renda que não conseguiram acesso à universidade. É interessante notarmos que, nas últimas décadas, houve um crescimento exponencial de cursinhos populares politicamente engajados. Localizados, sobretudo, em periferias de grandes metrópoles ou em universidades públicas, esses cursinhos compõem um novo espectro educacional vivido no país a partir dos incentivos federais realizados nos dois mandatos do ex-presidente Lula (2003-2011).

O aumento do número de vestibulandos se desdobrou na necessidade de suprimir as defasagens educacionais daqueles que estudaram em escolas públicas. Menos preparados que as classes mais ricas, esses vestibulandos encontram nos cursinhos populares a possibilidade de se preparar para as exigentes cobranças do vestibular. Mas a realidade que eles oferecem é culturalmente mais vasta. O engajamento político deles se dá por meio da percepção de que a formação das camadas mais pobres precisa extrapolar os currículos e os conteúdos exigidos pelos vestibulares. O debate sobre a política, a economia, os problemas e as possibilidades sociais, etc., se disseminam nas práticas dos cursinhos populares como uma forma de demonstrar a importância social da imersão das camadas pobres em um ensino superior público e de qualidade.

Diante disso, os principais objetivos desse trabalho de pesquisa são: identificar como as relações étnico-raciais são abordadas na experiência cotidiana do cursinho analisado, analisar sua organização política-pedagógica e analisar como essa iniciativa se difere dos cursos comerciais. Para isso, foram realizadas entrevistas com a coordenação do cursinho, com os professores e os alunos, além de a pesquisadora ter participado de algumas aulas ministradas e da formação semestral realizada pela organização desse cursinho.

CAPÍTULO I

JUSTIFICATIVA E ENGAJAMENTO PESSOAIS

I.1. JUSTIFICATIVA PESSOAL E ACADÊMICA

Sempre morei e estudei na periferia de Osasco. Meu ensino médio foi marcado, em sua grande maioria, pela ausência de debate sobre o ingresso na universidade. Não houve um preparo dos alunos para que concorrêssemos de forma justa com os estudantes que tinham consciência sobre a importância de ingressar no ensino superior. Na verdade, sequer foram discutidas as formas de acesso, as carreiras e, muito menos, a concepção de que a universidade pública é um direito de todos os estudantes, especialmente, daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como consequência disso, houve uma falta de perspectiva dos alunos em cursar um ensino superior, sobretudo, quando se tratava de instituições públicas. É comum que os jovens estejam mais preocupados pela busca de empregos que lhes tragam alguma renda, seja para ajudar a família ou para conseguir independência financeira.

Em meio a esse contexto, entrei em um cursinho pré-vestibular, onde encontrei uma forma de continuar os estudos e um trabalho, já que fazia atendimentos na recepção da unidade e, em troca, recebia um salário e ganhava isenção em sua mensalidade. O cursinho se denominava como “popular”. Entretanto, para avaliar isso, seria necessária uma investigação mais profunda de suas políticas, pois é comum o caso de instituições se intitulem como populares apenas por oferecerem preços acessíveis ou atenderem pessoas da periferia, deixando de lado as relações político-pedagógicas mais complexas que determinam se o ensino oferecido é realmente popular.

No cursinho, tive contato com professores engajados politicamente que, além de estarem preocupados com o ingresso dos alunos na universidade, buscavam criar uma consciência sobre as relações sociais que permeiam a sociedade e sobre as interferências que causam diretamente na vida das pessoas. A partir daí, a minha visão política mudou complementarmente. Os professores fomentavam o debate sobre as diferenças de faculdades públicas e privadas, demonstrando a importância das políticas públicas, já que as universidades federais e estaduais são mantidas com o dinheiro arrecadado por meio de impostos e, por isso, devem ter políticas de acesso e permanência, como, por exemplo, as cotas e os auxílios estudantis. Além disso, me aproximei de outros discursos que me trouxeram uma maior consciência sobre os direitos de minorias políticas. É importante

frisar que, apesar disso, o cursinho se localizava no centro da cidade Osasco, e que tais reflexões nunca tinham chegado até mim na periferia.

Concomitantemente à minha formação política, consegui ingressar na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), para cursar licenciatura em Pedagogia. Fui a primeira da minha família a conseguir ingressar em uma universidade pública e, para me manter aqui, precisei enfrentar uma luta diária. Meus desejos em todos esses anos de graduação foram muito singelos; almejei ter tempo e um lugar tranquilo para estudar para além da faculdade. Mas isso não foi possível. Precisei enfrentar cinco horas diárias de deslocamento até a Unifesp e torcer para chegar bem em casa. Adoraria morar em um bairro livre da violência e de não ter tido que acordar nunca com a notícia de que chacinas ocorreram na noite anterior, como muitas vezes aconteceram. Gostaria que todos os meus colegas tivessem a oportunidade de escolher se gostariam ou não de cursar uma faculdade ao invés de terem sido vítimas da violência e do tráfico.

Por mais difícil que seja, me sinto muito privilegiada em cursar uma graduação com a qualidade que Universidade Federal de São Paulo oferece. O campus de humanidades da UNIFESP conta com um número grande de alunos negros e vindos de escolas públicas. Porém, ainda assim, representa uma proporção pequena se comparada à população negra do país. O meu contato com essas pessoas, no qual me identifico e faço parte, marcou muito a minha jornada acadêmica – em algumas situações por motivos entristecedores. Foram muitos os que tiveram que abandonar o seu sonho por não ter como se manter em um ambiente que exige uma estrutura financeira e psicológica que muitos de nós não temos. Houve casos que o abandono superou o limite da vida levando ao suicídio. Percebo uma ausência de debate sobre relações étnico-raciais no corpo docente, como se muitos professores com os quais tive contato acreditassem na falsa ideia da “democracia racial”. Isso reflete diretamente em nós alunos, independentemente de cor, raça, gênero ou crença, de modo que presenciei inúmeros casos de racismo, direta e indiretamente.

Entretanto, há pessoas e grupos que buscam confrontar essa realidade, como o Núcleo de Apoio ao Estudante que sempre foi muito receptivo e acolhedor e ainda o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UNIFESP que se dedica a promover e compartilhar o debate sobre pesquisas relacionadas no campo das relações étnico-raciais. Do mesmo modo, tive a sorte de encontrar pessoas que contribuíram grandemente para minha

formação. O curso de pedagogia em geral conta com muitos professores comprometidos com uma educação libertadora. Entre eles, não posso deixar de citar o Professor Doutor Cleber Santos Vieira com quem tive o prazer de fazer duas eletivas, *Histórias De Lutas e Resistência Contadas Para Crianças e Relações Étnico-Raciais Na Educação* cuja bibliografia apresentada na segunda unidade curricular despertou meu interesse por esse tema. No mesmo período, realizei junto com a Professora Doutora Mariângela Graciano a unidade curricular de práticas pedagógicas programadas III voltada para *Educação de Jovens e Adultos em Ambientes Não-formais* em que tive contato com a educação popular. Ambos me auxiliaram a chegar ao tema e aos objetos dessa pesquisa. Enfim, foram muitos fatos que me fizeram chegar à escolha desse trabalho voltado para a educação popular com enfoque nas relações étnico-raciais, sendo que o principal deles foi acreditar que uma educação popular pode transformar a vida de pessoas, sobretudo daquelas que sempre estiveram à margem das sociedades.

I.2. JUSTIFICATIVA SOCIAL

O primeiro passo para realização do trabalho foi a leitura de textos para que conseguisse nortear e delimitar os conteúdos a serem estudados. Para isso, realizamos, inicialmente, um cuidadoso levantamento bibliográfico; em seguida, foram lidos artigos relacionados à história da educação popular no Brasil e outros que envolviam relações étnico-raciais, sendo os principais: *Educação Popular – lugar de construção coletiva*, organizado por Danilo R. Streck e Maria Teresa Esteban; *Educação Popular* do autor Carlos Rodrigues Brandão; *Educação formal e não formal: pontos e contrapontos* de Jaume Trilha e Elie Ghanem; *Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira* de Maria Cristina Cortez Wissenbach; *Escravos Letrados: uma página (quase) esquecida* de Maria Carlos Barbosa; e *Sim, Nós Somos Racistas: Estudo Psicossocial da Branquitude Paulista* de Lia Vainer Schucman.

A partir dessas leituras, conclui que a educação oferecida para jovens e adultos, que por diversos motivos estiveram à margem da escola ou até mesmo antes da existência de tais instituições, foi marcada por conflitos que negavam ou encobriam os direitos dessas pessoas à educação por parte do Estado. Ao mesmo tempo, a luta de diversos movimentos sociais buscava a transformação social dessa triste realidade. Nessa história, apenas em 1946 o Estado tomou a iniciativa de lançar uma campanha com o objetivo de alfabetizar as pessoas: “A Lei Orgânica do Ensino Primário, de 1946, já prevê o ensino supletivo, mas é em 1947 que o governo brasileiro lança, pela primeira vez, uma campanha de âmbito nacional visando alfabetizar a população” (GALVÃO e SOARES, 2006, p. 41).

Para essa campanha, eram solicitadas pessoas dispostas a trabalhar voluntariamente possuindo um caráter missionário e assistencialista. Entretanto, os jovens e adultos analfabetos eram vistos constantemente com uma imagem extremamente negativa e carregada de preconceitos, colocando-os numa categoria falsa e estereotipada de incapacidade e inferioridade. Tal campanha recebeu duras críticas, principalmente por grupos de intelectuais da educação liderados por Paulo Freire. No II Congresso de Educação de Adultos realizado em 1958, eles demonstraram que, para que os cursos tivessem êxito, era necessário ter como base a realidade vivida pelos alunos e que o trabalho para alfabetização deveria ser feito em parceria e não em uma hierarquia que desqualificava os educandos (GALVÃO e SOARES, 2006, p. 43).

Ao mesmo tempo em que ações governamentais lançaram outras campanhas que continuavam não demonstrando sucesso entre os anos de 1950 e 1960, diversas organizações e movimentos sociais inspirados no e também inspiradores do pensamento de Paulo Freire passaram a desenvolver experiências de alfabetização de adultos partindo da análise crítica de sua realidade, objetivando sua transformação. A partir disso, “o analfabetismo é visto não como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária” (GALVÃO e SOARES, 2006, p. 43) e, por isso, o trabalho de alfabetização com jovens e adultos foi visto como uma essencial manivela para a transformação social.

Nessa mesma perspectiva, busquei iniciativas não formais de educação para entender se havia ou não um ensino comprometido com a transformação social dos sujeitos nelas envolvidos. A partir disso, decidi que investigaria a iniciativa de estudantes da graduação e da pós-graduação em oferecer aulas gratuitas para que jovens e adultos

tivessem acesso à universidade. Os cursinhos, intitulados por eles como “populares”, se enquadraram nesse ângulo de análise e nos fomentou ainda outro ponto crucial: a relação dos estudantes negros com essas organizações.

É importante ressaltar que a história escravagista do Brasil fundou um país com estruturas extremamente racistas. Se, por um lado, as camadas pobres sofreram e ainda sofrem com políticas excludentes, por outro, as camadas pobres de populações negras sofreram e ainda sofrem muito mais com a exclusão de inúmeros círculos sociais. Os altos índices de mortos por policiais, de presos e de analfabetos ainda são compostos por pessoas negras segundo dados do IBGE¹. Também os dados relacionados ao ingresso no ensino superior são alarmantes: enquanto, em 2016, 75,8% dos ingressantes na Universidade de São Paulo (USP) eram brancos, apenas 3,2% dos ingressantes eram negros e somente 0,2% indígenas².

Esses dados macrossociais refletem-se nas relações cotidianas do ensino. O ensino precário e o de alta qualidade se desdobram em empregos com baixos ou maiores salários. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego em 2016, enquanto profissões como engenharia eram compostas por mais de 90% de pessoas brancas, profissões menos valorizadas eram compostas por mais de 90% de pessoas negras³. Não à toa, essa realidade pode ser facilmente comprovada por meio de uma simples análise do corpo docente das próprias universidades públicas, inclusive da Unifesp. Curiosamente, como veremos ao longo dessa pesquisa, esses dados se correlacionam com a estatística do próprio cursinho aqui analisado. Em 2017, o número de alunos do Florestan Fernandes autodeclarados como negros e pardos era quase o dobro dos alunos declarados como brancos, de acordo com o gráfico⁴ abaixo:

¹ Disponível em << <https://noticias.r7.com/brasil/analfabetismo-entre-negros-e-duas-vezes-maior-do-que-entre-brancos-21122017> >>. Acessado em 02 de setembro de 2018.

² Disponível em << <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/28/estudante-negra-relata-suas-vivencias-no-curso-de-engenharia-na-usp/> >>. Acessado em 02 de setembro de 2018.

³ Disponível em << <https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml> >>. Acessado em 02 de setembro de 2018.

⁴ Todos os gráficos dessa pesquisa foram feitos a partir dos dados cedidos pela coordenação, obtidos através do formulário de inscrição on-line para a realização presencial das matrículas.

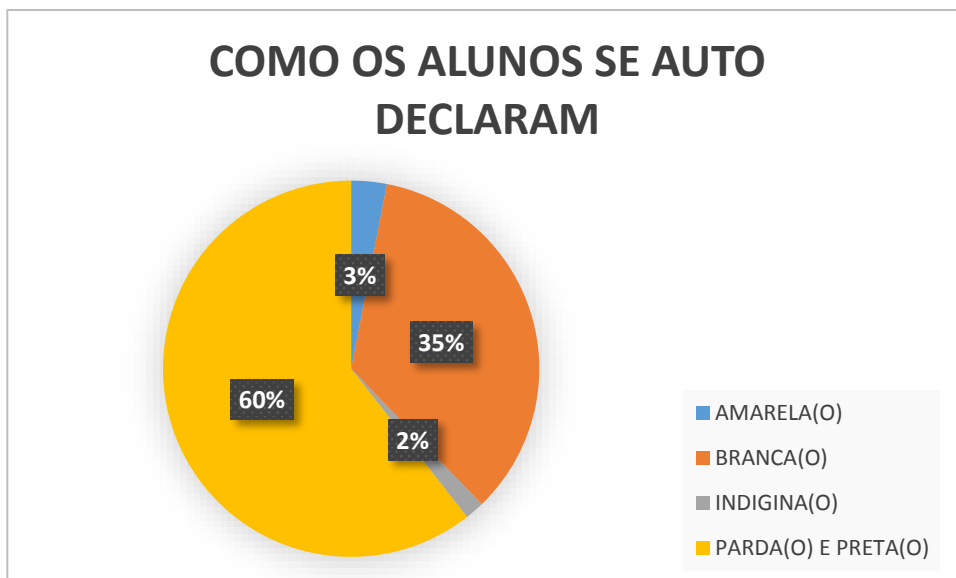


Gráfico 1 – Alunos de 2017 autodeclarados

Esses números demonstram a importância do cursinho em atender a população negra, sendo um dos meios possíveis para auxiliá-la no ingresso da educação superior. Dessa forma, é de grande relevância estudarmos as relações étnico-raciais existentes em seu cotidiano do mesmo modo que é de grande importância analisarmos os conteúdos e as práticas do cursinho enquanto uma de suas formas de se engajar contra as desigualdades e exclusões sociais.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica específica de produções acadêmicas que envolveram essas temáticas. Esse levantamento se concentrou em banco de dados do CNPq, da Scielo e do Google Acadêmico entre os anos de 2009 a 2016, com palavras-chaves como: curso/cursinho, pré-vestibular, educação-popular, relações étnico-raciais. Abaixo, segue a tabela sobre alguns artigos encontrados por meio de nossa pesquisa:

Tabela 1 – Artigos sobre cursinhos populares

AUTOR	TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO
MAITÊ LOPES DE ALMEIDA	JUVENTUDE, PRÉ-VESTIBULAR POPULAR E UNIVERSIDADE	2016	UFRJ	Mestrado
DANIELA DO NASCIMENTO	POLÍTICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DOS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES DA UNESP	2013	UNESP	Mestrado

MARCELO DUARTE DE ALMEIDA	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO PROF WELLINGTON RICARDO	2010	UERJ	Mestrado
SÔNIA TERESINHA DE SOUSA PENIN E ELENY MITRULIS	PRÉ-VESTIBULAR ALTERNATIVO: DA IGUALDADE A EQUIDADE	2009	USP	Artigo
MARIANA HAKIME CONTINI SIQUEIRA	APROVAÇÃO NO VESTIBULAR COMO SUCESSO ESCOLAR: AS CONTRIBUIÇÕES DE UM CURSINHO POPULAR	2016	PUC	Mestrado

Com esse levantamento bibliográfico, constatamos que, embora as pesquisas dessem enfoque aos temas sociais, os assuntos sobre as relações étnico-raciais pouco ou não apareceram. Também é importante ressaltar que esses trabalhos não abordam a questão propriamente da educação popular, o que, aliado à defasagem das fontes sobre as relações étnico-raciais, constitui um campo amplo para a nossa pesquisa.

A partir disso, a metodologia utilizada nessa pesquisa se guiou pela realização de entrevistas semiestruturadas, com roteiros e questionários respondidos em anexo, analisadas por meio de uma bibliografia específica sobre a educação popular e sobre as relações étnico-raciais. A seleção dos professores foi realizada por áreas do conhecimento. O objetivo inicial era entrevistar um professor da área de ciências exatas, de linguagens, de biológicas e de humanas. Entretanto, é interessante notarmos que, embora esse trabalho esteja relacionado com a área de humanas (e que, diga-se passagem, possui uma maior proximidade com as questões políticas e sociais), nenhum professor dessa área que entramos em contato se propôs a participar da pesquisa efetivamente, apesar do apoio e do incentivo que nos deram para realizá-la.

Os critérios estabelecidos para as entrevistas com os educandos eram: uma aluna negra e um aluno negro e um menino e menina não negros. Inicialmente, faria o contato com um representante de cada categoria, porém mais alunos demonstraram interesse em participar da pesquisa. Desse modo, foram entrevistadas, uma menina negra e uma branca, um menino branco, dois autodeclarados pardos e um negro. O período das entrevistas aconteceu no final do segundo semestre de 2017. Por fim, analisamos as entrevistas por meio das autoras e autores relacionados à temática de nossa pesquisa.

CAPÍTULO II

O CURSINHO POPULAR

Esse capítulo faz um breve estudo sobre a origem dos cursinhos populares e mostra os diferentes tipos de cursinho, bem como as suas propostas e para quem se destinam. Além disso, traz uma apresentação do Cursinho Popular Florestan Fernandes, no qual esse trabalho se propôs a investigar a partir de considerações sobre sua organização político-didática. Por fim, faz uma apresentação dos alunos, dos professores e da coordenadora entrevistados por meio de uma breve análise de seus perfis em conformidade com os dados gerais dos alunos matriculados em 2017.

II.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DO CURSINHO POPULAR

Optei por categorizar os cursos pré-vestibulares em três grupos: os comerciais, com mensalidades, consagrados no mercado econômico-educacional e com material didático próprio; os comerciais alternativos, que cobram uma mensalidade acessível à classe média baixa; e os cursinhos populares ou comunitários com engajamento político voltado contra as desigualdades de acesso ao ensino superior. Segundo o artigo *A luta pela democratização do acesso ao ensino superior* (PEREIRA, RAIZER e MEIRELLES, 2010, p. 88), os cursinhos populares no Brasil começaram a surgir no final da década de 1970; mas, de acordo com Nascimento (2012, p. 05), somente nos anos 90 ganharam força. Essa proposta de educação não-formal visa o acesso ao ensino superior de pessoas menos privilegiadas por suas condições sociais e econômicas.

O primeiro curso pré-vestibular alternativo em São Paulo surgiu por volta dos anos de 1950, idealizado por estudantes do Grêmio da Faculdade Politécnica da USP e do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira, o CAASO, na USP de São Carlos. Inicialmente, a organização tinha o mesmo objetivo que é característica fundamental dos cursinhos populares: a democratização do acesso à Universidade. Porém, era destinado somente a pessoas que gostariam de ingressar nos cursos da Faculdade Politécnica. O curso neste modelo durou até o ano de 1982. De acordo com pesquisas realizadas por Castro (2005), não há muitas informações sobre o funcionamento da instituição nessa época devido à perda de documentos.

O que se sabe é que o Cursinho da Poli, como é popularmente conhecido nos dias atuais, é derivado desse primeiro modelo originado pelo Grêmio da Faculdade Politécnica. Sua versão atual foi fundada em 1987, de acordo com a entrevista de Sato, quando o “diretor da Poli, professor Décio Leal de Zagottis, sugeriu ao Grêmio que fizesse um cursinho voltado a pessoas carentes” (SATO, 2004, p. 231 *apud* CASTRO, 2011, p. 231). A partir de então, o curso passou por diversas reformas: desde a cobrança de mensalidades por um preço abaixo dos líderes de mercado até a criação de seu material didático.

Do Cursinho da Poli, se originou a Rede Emancipa, fundada por um movimento de estudantes e professores que defendiam o caráter popular e gratuito, uma vez que o Cursinho da Poli havia se transformado em um curso comercial. A Rede Emancipa surgiu

em 2007⁵ e, no ano seguinte, foi criado o seu primeiro cursinho na cidade de Itapevi com o propósito de realizar o engajamento político de jovens da periferia para a conquista de espaços nas universidades. A partir disso, o movimento se expandiu e foram criados mais onze cursinhos ligados à rede, entre eles, o Cursinho Popular Florestan Fernandes (CPFF).

Entretanto, em 2016, o Cursinho Popular Florestan Fernandes (CPFF), juntamente com outros dois cursinhos, Carolina de Jesus (CPCJ) e Edson Luís (CPEL) se desligaram da Rede Emancipa por divergências políticas em relação às aberturas de salas de aula.

A Rede Emancipa se manifestou em seu site oficial por meio de uma nota⁶ de esclarecimento em que diz:

Nesses momentos de efervescência política⁷ e questionamento da ordem vigente uma das nossas principais tarefas é a expansão para poder ampliar, difundir, enraizar e disputar com mais força o nosso projeto. Não podemos titubear. Movimento, como a palavra diz, é dinâmico, vivo. Um movimento estacionado, autocentrado em si mesmo não serve ao que se propõe. Nesse sentido, não podemos fechar as portas para nenhum/a estudante e todas/os aquelas/es que queiram construir com a gente (Rede Emancipa, 2016).

Em nota de esclarecimento⁸, o CPFF também se manifestou, afirmando que:

Buscamos atender a demanda de estudantes nos espaços de cursinho de acordo com nossas possibilidades, no intuito de contemplar a todas e todos; entretanto, isso não implica abrir mão do oferecimento de uma educação de qualidade, despreocupando-nos com o ensino em sala de aula ou reproduzindo uma lógica estatal de superlotação e massificação. [...]

A Rede Emancipa foi por algum tempo o movimento social que contemplou parte de nossas expectativas e perspectivas de militância, porém sentimos que a formulação política da Rede não se dá nos espaços de coordenação - compostos por representantes de todas unidades -, mas por coordenadores integrantes do Movimento Esquerda Socialista (MES), o que impossibilita a disputa do movimento pela base. A partir do momento em que tentamos colocar nossos

⁵ Informações retiradas do site: <<<https://juntos.org.br/2011/08/o-que-e-a-rede-emancipa>>>. Acessado em 23 de maio de 2018.

⁶ Nota divulgada pelo site oficial da Rede Emancipa: <<https://redeemancipa.org.br/2016/04/resolucao-da-rede-emancipa/>>>. Acessado em 23 de maio de 2018.

⁷ O contexto de efervescência política citado na nota refere-se à política de reorganização do Ensino Médio, promovida pelo governo do PSDB (Geraldo Alckmin), às eleições municipais de 2016 e aos debates relacionados ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff que até então não havia ocorrido.

⁸ Nota divulgada pela página oficial do cursinho Popular Florestan Fernandes: <<<https://www.facebook.com/CPFLORESTANFERNANDES/posts/480963298765238>>>. Acessado em 23 de maio de 2018.

posicionamentos e sentimentos que eram considerados irrelevantes diante das linhas políticas formuladas previamente, as divergências acirraram-se, provocando nosso desligamento (Cursinho Popular Florestan Fernandes, 2016).

Desde então, o Cursinho Popular Florestan Fernandes exerce suas atividades de forma autônoma. A partir desse breve panorama, analisaremos as estruturas político-pedagógicas do cursinho Florestan Fernandes, como uma iniciativa engajada que visa consumir a educação popular junto às camadas mais pobres e conscientizar criticamente seus alunos. Buscaremos compreender como sua forma de organização política se aproxima de uma educação popular segundo o conceito de Paulo Freire, sobretudo, por meio das relações étnico-raciais presentes em seu cotidiano. Destacamos que a opção conceitual de relações étnico-raciais está em conformidade com o pensamento de Nilma Lino Gomes em que destaca que:

Os militantes e intelectuais que adotam o termo *raça* não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo *raça* atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo *étnico-racial*, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil. (2005, p. 47)

Levando em consideração tal multiplicidade histórica e cultural, as relações étnico-raciais servem como parâmetro essencial de análise para identificarmos até que ponto o engajamento do Cursinho Popular Florestan Fernandes ultrapassa as estruturas vigentes e excludentes de nossa sociedade. Muitas vezes sutis, elas estabelecem um *status quo* que relega os negros a falsas noções de inferioridade e marginalidade cujo único propósito é fazer prevalecer discursos e práticas que não beneficiam as pessoas negras. A partir disso, as relações étnico-raciais se transformam em um fator extremamente importante quando criticadas e conscientizadas, demonstrando a proximidade ou o distanciamento do CPFF de uma educação efetivamente popular.

II.2. O CURSINHO POPULAR FLORESTAN FERNANDES

O Cursinho Popular Florestan Fernandes está localizado no Bairro do Butantã em São Paulo, no prédio de Geografia e História da Universidade de São Paulo (USP). A escolha de investigação desse cursinho se deu pelo horário de funcionamento, que oferecem aulas somente aos sábados, com horário das 8h30min às 18h40. Por esse motivo, nossa pretensão se constitui em compreender a organização didática e política do cursinho a partir da temática étnico-racial e como se articula para efetivar seus objetivos com funcionamento limitado a um dia na semana.

Para muitos alunos, estudar aos sábados, se alia, em muitos casos, com o único dia disponível em suas semanas, já que, nos outros dias, eles dividem seus horários com o ensino médio e com o trabalho. Além disso, essa escolha reduz os gastos com transporte e alimentação – o que podem ser associados a fatores frequentes de desistências. Também é interessante notar que a agenda dos professores (devido à gratuidade e à falta de quaisquer auxílios financeiros) alia o cursinho às atividades remuneradas e aos seus próprios estudos, de modo que o encaram, de fato, como um engajamento político e como um enriquecimento de suas experiências.

A partir disso, podemos fazer uma análise mais apurada do corpo docente e dos estudantes. Foram entrevistados seis alunos, entre eles meninos e meninas, negros/pardos e brancos. Além disso, uma representante da coordenação desse cursinho também foi entrevistada individualmente; em outro momento, foram realizadas entrevistas com professores das seguintes áreas do conhecimento: linguagens, exatas e biológicas. Abaixo, segue tabela com algumas características dos entrevistados:

Tabela 2 – Características dos alunos entrevistados

ENTREVISTADOS	SEXO	COR*	IDADE	LOCAL ONDE MORA
1 – J.	FEM.	PRETA	18	ITAQUAQUECETUBA
2 – I.	MASC.	BRANCA	18	EMBU DAS ARTES
3 – G.	MASC.	PARDA	18	OSASCO
4 – N.	FEM.	BRANCA	17	SANTO ANDRÉ
5 – R.	MASC.	PARDA	18	PENHA
6 – W.	MASC.	PRETA	18	CAMPO LIMPO

* Pertencimento étnico-racial autodeclarado pelos entrevistados

Tabela 3 – Escolaridade e trabalho dos alunos entrevistados

ENTREVISTADO	ESCOLARIDADE	ESCOLA EM QUE REALIZOU E.M.*	TRABALHAM OU JÁ TRABALHOU
1 – J.	Superior Cursando	Escola Estadual	SIM ⁹
2 – I.	Ensino Médio e Técnico Completo	ETEC**	NÃO
3 – G.	Ensino Médio e Técnico Completo	ETEC	SIM
4 – N.	Cursando E.M.	Escola Estadual	SIM
5 – R.	Ensino Médio Completo	Escola Estadual	SIM
6 – W.	Ensino Completo	Escola Estadual	SIM

*E.M. = Ensino Médio

**ETEC = Escola Técnica Estadual

Tabela 4 – Características dos professores e coordenadora entrevistados

ENTREVISTADO	SEXO	COR*	IDADE	LOCAL ONDE MORA
Prof. Matemática	MASC.	Branca	39	São Paulo
Prof. ^a Redação	FEM.	Branca	21	São Paulo
Prof. Biologia	MASC.	Branca	32	São Paulo
Coordenadora	FEM.	Parda	25	São Paulo

* Pertencimento étnico-racial autodeclarado pelos entrevistados

Tabela 5 – Escolaridade e trabalho dos professores

ENTREVISTADO	ESCOLARIDADE	INSTITUIÇÃO EM QUE ESTUDA/ESTUDOU	Além do cursinho, trabalha em outro lugar?
Prof. Matemática	Superior completo em: Engenharia Mecânica; Licenciatura Matemática	Ambas as graduações cursou na USP	SIM
Prof. ^a Redação	Superior em andamento (Letras)	USP	NÃO
Prof. Biologia	Superior completo em: Biologia	USP	SIM

⁹ A aluna não respondeu positivamente a pergunta; na verdade, ela respondeu que havia feito um “bico” durante seu ensino médio. Ressaltamos que essa percepção está diretamente ligada com a concepção de que um trabalho só o é caracterizado como tal a partir dos vínculos formais que ele possui ou requer; no entanto, isso desconsidera o fator de que, para ser realizado, necessita de uma determinada força de trabalho aplicada durante determinado tempo – que poderia ser utilizado para lazer, descanso ou mesmo para os estudos.

	Mestre em ciências		
Coordenadora	Superior em andamento: Letras	USP	SIM

A partir de tais tabelas, podem-se perceber alguns pontos importantes. Enquanto os professores residem na cidade de São Paulo, os alunos entrevistados, com exceção de um, moram em cidades vizinhas. Isso incide no tempo de deslocamento entre suas residências e o cursinho e, em grande parte, em um maior gasto com o transporte. Esses dados não destoam da concentração de riqueza e de conhecimento que as grandes metrópoles possuem em oposição às suas periferias e cidades vizinhas. É notório, nesse sentido, percebermos que, em várias respostas, os alunos afirmaram que seu entretenimento, lazer e cultura estão relacionados diretamente com tais localidades centrais. Outro contraste entre alunos e professores é seu pertencimento étnico-racial: boa parte do corpo docente é composta por professores brancos – algo que não passa despercebido pela coordenação e que, de acordo com a coordenadora entrevistada, é uma preocupação do cursinho:

Essa é uma questão primordial também na hora que a gente vai chamar professores. A gente percebe que aproximando professores negros e indígenas do cursinho, muda muito a relação dos alunos com o tema. Não faz sentido a gente ficar falando que a faculdade é muito branca e só ter professores brancos aqui dando aula. A gente está em um lugar muito marcado pelo racismo. Nosso cursinho está na USP e para nossos alunos entrarem aqui, passam por uma portaria e muitos deles eram barrados. E por quê? Aleatoriamente? Eu duvido! Então é impossível a gente não pautar a questão racial.

Por meio da tabela, é possível perceber também que os professores possuem excelente formação acadêmica, o que possibilita experiências e enriquecimentos na trajetória estudantil dos alunos. Em entrevista, os professores afirmaram que frequentaram ótimas escolas em seu ensino médio, geralmente escolas particulares o que também diferem tanto dos alunos entrevistados (todos frequentaram ou frequentam escolas públicas em seu ensino médio) quanto do total dos alunos matriculados no ano de 2017. O gráfico abaixo mostra tais dados:

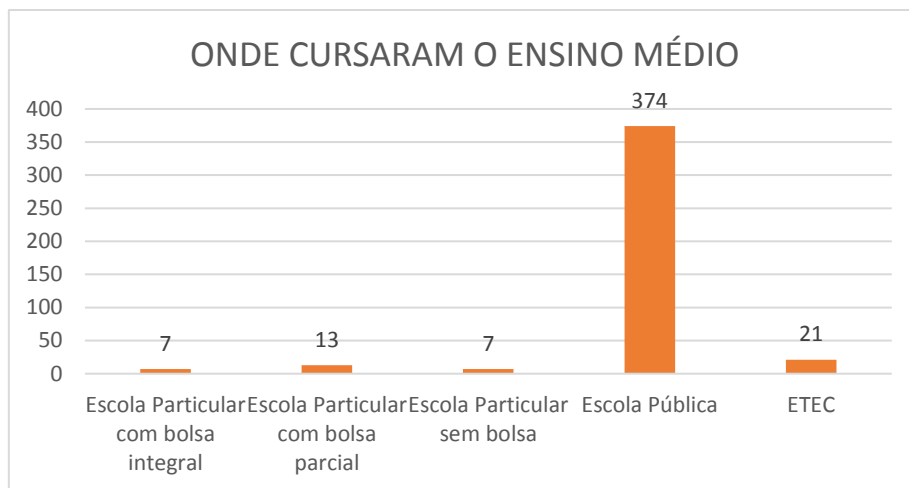


Gráfico 2 – Formação escolar dos alunos

O curso não cobra mensalidades, nem matrícula, nem quaisquer tipos de material didático ou outros recursos dos alunos, o que justificou, no momento da inscrição on-line de 2017, também a escolha de muitos em optarem pelo CPFF. Além disso, pode-se perceber que esse cursinho atende tanto jovens quanto adultos, embora a maioria esteja na faixa de 14 a 18 anos.

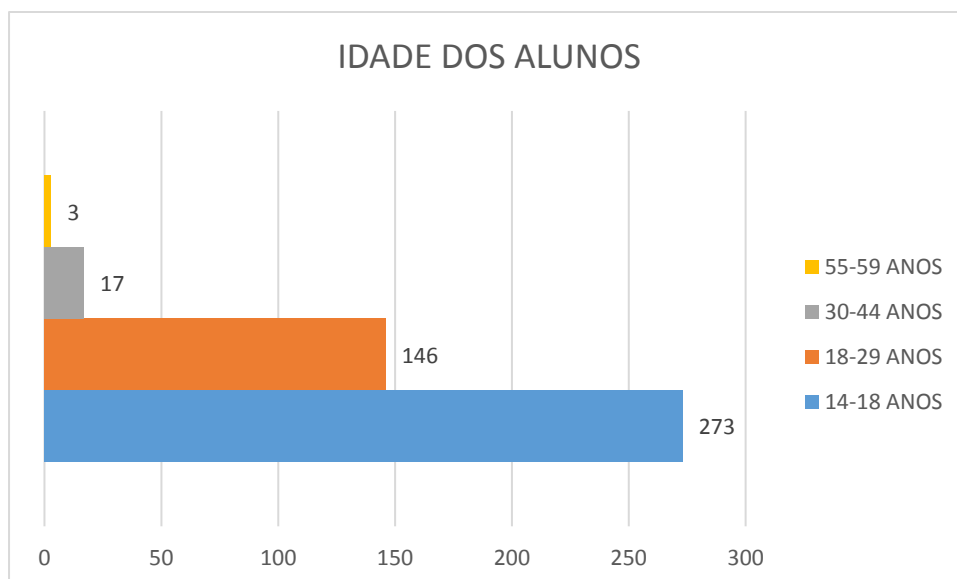


Gráfico 3 – Idade dos alunos do cursinho

A inscrição para participar do cursinho acontece por meio de formulários eletrônicos. De acordo com a coordenação (2017), as turmas são formadas aleatoriamente conforme a demanda. Porém, costumam abrir quatro turmas no início do ano que são reorganizadas ao longo do semestre. Os interessados que não conseguiram se inscrever

no primeiro período de matrícula participam de uma lista de espera para a formação de outra sala que é aberta em maio. Ademais, o cursinho percebeu que muitos alunos não passavam no vestibular e voltavam no ano seguinte. Por isso, foi pensada uma turma exclusiva para eles a fim de que os conteúdos não se tornassem exaustivamente repetitivos.

A organização se intitula como um “movimento social” de educação popular que, segundo a coordenação, defende pautas de “quem teve e continua a ter espaços negados por uma estrutura racista, machista, homolebobifóbica, transfóbica e elitista”, por meio de um ambiente democrático que luta por igualdade social. Em entrevista, a coordenação demonstra ter consciência de um duplo problema que o cursinho enfrenta: por um lado, procura não repetir as lógicas das escolas públicas que, visando apenas a quantidade, mantêm as salas superlotadas. Por outro lado, o cursinho procura estabelecer uma cultura de não barrar alunos por nenhum critério. A partir disso, tenta atender o máximo da demanda possível, sem perder a qualidade das aulas tanto para os alunos quanto para os professores.

Embora os alunos não passem por uma seleção, os professores sim. Antes de fazerem parte da organização, a coordenação procura conversar o máximo possível com os interessados, através de uma “entrevista” explicando-lhes seus ideais e objetivos políticos. Segundo a coordenação, não faz sentido entrar em um movimento social sem concordar com suas pautas. Isso não significa, no entanto, que o CPFF não aceita professores com opiniões divergentes; mas, para que se fortaleçam, é necessário que haja uma concordância mínima em determinados assuntos. Nas palavras da coordenadora:

A gente manda um e-mail antes da conversa com todos os pontos e fala: “o que você acha desses pontos? Faz sentido pra você estar aqui?”. A pessoa não vai ganhar nada pra entrar aqui, não tem porque ela gastar o fim de semana dela pra vir pra cá trabalhar por uma coisa que não acredita. [...] Vai muito além de ser a favor ou contra cotas. A gente já teve um professor que era contra cotas. É um problema pra gente? Muito! Porque é algo básico, algo pelo que a gente milita, mas era uma pessoa muito aberta à discussão e que dificilmente em sala de aula estaria falando contra cotas.

Além das conversas e das reuniões, o cursinho procura organizar semestralmente formações de professores. Nessas formações, não é pensado apenas os conteúdos exigidos pelos vestibulares; trata-se de uma formação política com temas que, frequentemente,

fazem parte tanto do cotidiano do Florestan quanto dos próprios alunos e professores fora dele. Por exemplo, são debatidos temas relacionados ao racismo e à homofobia a fim de ter uma maior conscientização sobre esses problemas sociais para que eles não sejam reproduzidos no dia-a-dia do próprio CPFF. Além disso, essa formação acontece em conjunto com outros cursinhos que realizam trabalhos semelhantes e é aberta à participação dos alunos como ouvintes e debatedores.

Em relação ao planejamento das aulas, é pedida pela coordenação, para cada professor no começo do ano letivo, uma grade de conteúdo. Recomenda-se que os educadores consultem os assuntos dos principais vestibulares e montem seus cronogramas coletivamente a partir de inúmeras reuniões. Assim, o cursinho tenta manter certa interdisciplinaridade e uma relação próxima entre os professores.

A professora de redação entrevistada evidencia que enfrentou algumas dificuldades em organizar suas aulas por ser sua primeira experiência como docente. Por isso, relata que, ao criar um planejamento semanal com antecedência, teve maior domínio do tempo enquanto lecionava, o que melhorou a qualidade de suas aulas. De acordo com a professora:

Em alguns momentos, tentei organizar as aulas muito em cima da hora, o que percebi que prejudicava bastante e tentei melhorar. A minha maior preocupação é o tempo, então tento fazer um plano de aula em que já esteja anotado mais ou menos quanto cada coisa vai durar.

Já para o professor de matemática, ao ser questionado como organiza suas aulas, relata que no começo do ano letivo, em conjunto com os outros professores, fazem um levantamento com base nas experiências dos próprios educadores de quais as maiores deficiências que os alunos trazem do Ensino Médio e também com base nos conteúdos que caem nos principais vestibulares. Além disso, destaca a importância de, em suas aulas, valorizar os conhecimentos prévios dos alunos para melhor compreensão de sua matéria. O professor de matemática explica: “tento, sempre que possível, abordar os conteúdos de forma fácil, usando o que os alunos já conhecem do dia a dia (por exemplo, na minha aula de razão e proporção, eu faço toda a construção do conhecimento a partir de como cozinhar 1 xícara de arroz)”.

Outro aspecto importante é que o Florestan não possui material didático próprio, nem apostilas de outras instituições. Como não há muitos recursos financeiros disponíveis

e os alunos não possuem condições econômicas, geralmente, os professores planejam as aulas com atividades feitas por eles próprios. Essas atividades são impressas e levadas para os alunos nos dias de aula ou, então, são disponibilizadas em plataformas *online*. De acordo com as entrevistas realizadas com os professores e alunos, o recurso mais utilizado como apoio às aulas são esses materiais disponibilizados via internet, possibilitando que os discentes tenham acesso aos conteúdos em casa e possam estudar de forma mais autônoma em momentos anteriores e posteriores às aulas.

Nas entrevistas realizadas, foi abordada também a questão dos grupos de estudos e plantões que são chamadas de oficinas. De acordo com os alunos, essas atividades acontecem sempre no horário de intervalo/almoço. Segundo o professor de biologia, alguns alunos se organizam e criam o seu próprio grupo de estudos; além disso, os plantões e oficinas acontecem conforme a demanda deles, a partir do planejamento em conjunto com a coordenação. O cursinho demonstra, assim, uma variedade de estratégias para aproximar os estudantes aos conteúdos. Debates, aulas interdisciplinares, conscientização política tanto em relação à sociedade quanto em relação ao próprio CPFF são vias mobilizadas para um duplo objetivo: contemplar o currículo exigido pelos vestibulares e possibilitar um crescimento crítico e cultural mais amplo. Questões como o machismo e a violência contra a mulher, como o uso e a proibição de drogas, as discriminações e as violências contra os LGBTs e o racismo, entre tantas outras, são bastante frequentes. A partir disso, podemos compreender mais profundamente e propriamente a dimensão da formação política do Cursinho Popular Florestan Fernandes.

CAPÍTULO III

DIMENSÃO DA FORMAÇÃO POLÍTICA DO CURSINHO

Como os entrevistados enxergam esse tema tanto na sua vida pessoal quanto na estrutura político-pedagógica do cursinho, este capítulo faz um breve estudo conceitual sobre racismo e raça. Em seguida, no tópico “Percepção do termo ‘conscientização’”, elucidamos ao leitor alguns aspectos importantes desse conceito, quais os processos para sua conquista segundo Paulo Freire e como ele está relacionado ao objeto de estudo desta pesquisa. Como conclusão do capítulo, é feita uma análise do cursinho enquanto produtor de cultura.

III.1. PERCEPÇÕES SOBRE RACISMO

a) Considerações sobre os conceitos de raça e racismo

Conforme Kabengele Munanga (2003), o conceito de raça surgiu dentro das ciências naturais, dentro da Zoologia e botânica para classificar plantas; categorização que, hoje, foi totalmente abandonada. Em 1864, François Bernier passou a usar o termo para classificar a diversidade humana conforme seus traços físicos. Nos séculos XVI-XVII na França, a nobreza passou a usar o conceito nas relações sociais para se declarar como uma raça “pura” em relação às outras e para legitimar a dominação entre a nobreza e a plebe. Com as descobertas feitas nos séculos XV a respeito dos ameríndios, negros e índios, as civilizações europeias colocaram em dúvida a humanidade desses povos, até que encontraram explicações teológicas para explicar e continuar a inferiorizar a existência dessas outras pessoas.

Kabengele Munanga (2003) explica que, a partir do Iluminismo no século XVIII, o conceito de raça para explicar a diversidade humana foi substituído pela História Natural da Humanidade, que posteriormente foi transformada em Biologia e Antropologia. O uso de classificações tem a função de instrumentalizar o pensamento e, no século XVIII, a cor da pele foi decisiva para isso. Para o autor, o problema dos naturalistas não estava em usar o conceito de raça para classificar os grupos humanos, mas, sim, em se darem o direito de estabelecer hierarquias de acordo com uma escala de valores.

Graças ao avanço da ciência no século XX na área de Genética Humana, foi possível estabelecer critérios de acordo com o tipo sanguíneo para explicar a diversidade humana. Conforme explica Munanga (2003), “os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-las em raças estancas”¹⁰. Isso fez com que o conceito de raça fosse inoperante dentro das ciências biológicas, porém é usado dentro do campo das Ciências Sociais para justificar uma realidade social e política, considerando a “raça” como uma categoria social. Nilma Lino Gomes (2005) explica que o “Movimento Negro e alguns

¹⁰ Disponível em: << <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> >>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

sociólogos, quando usam o termo *raça*, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX” (p. 45).

Para Maria Aparecida da Silva (2001), o racismo constitui uma prática social negativa e cruel, na qual ninguém assume ou se identifica (exceto pessoas racistas declaradas). Isso faz com que haja uma dificuldade para defini-lo. Conforme estudos realizados pela autora citada acima, a expansão da teoria racista aconteceu durante o século XIX e é resultada de interpretações equivocadas das teorias evolucionistas de Charles Darwin. No Brasil, especificamente, as ideias racistas eram fundamentadas em teses de médicos, juristas, escritores, sociólogos e historiadores que pretendiam comprovar a suposta inferioridade de pessoas negras (SILVA, 2001, p. 76).

De acordo Gevanilda Santos (2009), os intelectuais brasileiros “influenciados pelo chamado ‘darwinismo social’, que, entre outras coisas, afirmavam que os brancos – por sua pureza – superioridade e civilidade – eram resultados da seleção natural das raças humanas” (p. 36). Maria Aparecida Silva (2009) lembra que, durante esse período do século XX, a Europa vedava a entrada de pessoas africanas e asiáticas em seu continente com o objetivo de “branquear a raça”. O Brasil foi, por sua vez, o país que escravizou o maior número de pessoas africanas durante o período colonial e o último das Américas a pôr fim a escravidão, fazendo com que a população negra fosse gigantesca. Isso fez com que a elite apoiasse e fortalecessem as teorias racistas com o único objetivo de garantir seus privilégios (SILVA, 2009, p. 76).

Maria Aparecida da Silva ainda nos explica que o racismo possui três níveis: individual, institucional e cultural. No nível individual, o sujeito de um grupo racial, como, por exemplo, o branco, se julga superior aos negros e, por isso, em suas relações pessoais, age com violência de caráter tanto explícito quanto implícito, por meios de atos discriminatórios, agressões verbais, físicas e psicológicas para com o grupo racial que julga como inferior. No nível institucional, o racismo é fomentado pelo Estado, escolas, igrejas, partidos políticos, entre outros. As práticas racistas se manifestam com o isolamento do negro, em representações negativas e depreciativas nos livros didáticos, na ausência de histórias positivas sobre a população negra entre outros fatos. No nível cultural, há a expressão, individual ou institucional, da superioridade de uma cultura com relação a outra; “ou seja, o racismo se expressa na cultura quando todos os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas, por exemplo, não têm o valor cultural de saberes greco-romanos” (SILVA, 2009, p. 77).

b) Tratamento genérico do racismo

Segundo Kabengele Munanga (2003), após os anos 1970 com a concepção biológica do racismo em decadência, começa-se a assistir um deslocamento do eixo central do preconceito contra o negro para com as mulheres, os pobres, os homossexuais etc., tratando o racismo agora como qualquer atitude ou comportamento de desigualdade e desprezo social. Concordo com o autor quando ele analisa que o uso no senso comum do conceito de racismo trouxe um agravante, isto porque qualquer atitude ou comportamento de rejeição e injustiça era denominado como um ato racista. Para Munanga, “esse uso generalizado do racismo pode constituir uma armadilha ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo”¹¹.

Logo na primeira entrevista realizada, uma estudante descreveu um ato de racismo, mas que ela encarou como *bullyng*:

Entrevistadora: Então você teve uma boa experiência com a escola, não teve nada que te marcou muito? Nem negativamente?

Aluna J.: Não. Mais era o *bullyng* né?! Mas acho que isso é normal. Como, com relação a cor da pele, que é um pouco pesado nessa parte.

Entrevistadora: Como que era?

Aluna J.: Eu deixava meu cabelo sempre com progressiva, aí eles zoavam meu cabelo. Zoavam minha mãe, falavam que eu vinha da senzala, isso me machucava um pouco, sabe?!

De acordo com a bibliografia consultada (ANTUNES, 2008), o termo *bullyng* surgiu em meados da década de 1960 com o autor Dan Olweu e ganhou relevância nos anos 1970 com pesquisas realizadas na Escandinávia. O termo passou a atrair a atenção pública quando foi associado pela grande mídia a casos de suicídios e situações de agressões que envolviam diferentes sujeitos do ambiente escolar (CAVANÊZ, 2015, p. 273).

Desde então, diversas pesquisas foram realizadas para designar e compreender o que é o *bullyng*. O que se pode afirmar é que, de maneira geral, tal fenômeno é caracterizado por violências físicas e psicológicas que ocorrem em diferentes ambientes,

¹¹ Disponível em <<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/uma-abordagem-das-nocoes-de-raca-racismo-e-etnia/73401>>>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

entre eles, o escolar. Trata-se de uma relação de poder em que um sujeito oprime outro através de ameaças, xingamentos, intimidações e humilhações (ANTUNES, 2008, p. 28).

O relato da estudante do cursinho demonstra que a aluna foi sujeita a um caso explícito de racismo em que seus colegas a zombavam pelo seu tipo de cabelo. De acordo com Nilma Lino Gomes, as opiniões emitidas por pessoas da sociedade e, principalmente, do ambiente escolar sobre o corpo e o cabelo negro deixam marcas profundas nos sujeitos, perdurando pelo resto de suas vidas. Ainda de acordo com a autora:

Para essas pessoas, na sua maioria mulheres negras jovens e adultas, na faixa dos 20 aos 60 anos, a experiência com o corpo negro e o cabelo crespo não se reduz ao espaço da família, das amizades, da militância ou dos relacionamentos afetivos. A trajetória escolar aparece em todos os depoimentos como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico/racial e o seu padrão estético. (GOMES, 2002, p. 41)

Tanto o *bullying* quanto o racismo envolvem relações de poder marcadas por diversos tipos de violência. O conceito de *bullying* passou a ser usado recentemente no campo da Educação e talvez, por isso, seja tão confundido, principalmente nas escolas com outros casos como o racismo. A problemática dessa situação está em exaltar um conceito de modo abrangente sobre diferentes questões, em uma prática aparentemente neutra e que elimina questões históricas. Tendo em vista isso, uma criança ou adolescente negra pode estar suscetível a sofrer com ambas as situações, o que requer diferentes discussões e soluções.

Ao dar continuidade no seu depoimento, a aluna disse que, além de seus colegas, sofreu com racismo também por parte de uma professora da escola:

Aluna J.: Eu não tenho capacidade física para fazer Educação Física, eu sempre levava atestado, só que o atestado ficou vencido e eu teria que passar de novo [no médico] e eu não tinha levado para escola. Aí, essa professora me pegou pelo braço e me forçou a fazer Ed. Física e falou que eu... eu não lembro muito porque eu estava na 6ª série mais o menos... e ela falou para mim que eu era de pele escurinha privilegiada, coisas do tipo... que eu era uma negra privilegiada porque minha mãe era professora.

Nessa situação, temos um exemplo de racismo institucionalizado em que a situação torna-se ainda mais grave por se tratar de uma Educadora, representante do Estado cuja função mínima deveria ser: dar o exemplo aos seus alunos através de práticas pedagógicas e estar comprometida com a promoção da igualdade racial cotidianamente. A escola tem papel essencial no combate ao racismo. “Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro” (GOMES, 2005, p. 60).

No Brasil, existe a ideia de uma falsa “democracia racial”. De acordo com Nilma Lino Gomes, tal mito “se baseia no apagamento e na homogeneização das diferenças” (2017, p. 51). Essa concepção surgiu a partir da miscigenação das três raças: o negro, o índio e o branco, como se a relação racial no Brasil tivesse ocorrido de forma pacífica e fosse estimulada pelas trocas culturais. Para Joel Rufino dos Santos, “a consciência racial do brasileiro parece, com efeito, transitar permanentemente entre duas pistas: a da realidade preconceituosa e discriminatória contra o negro, fato de todas as horas; e a do desejo de relações fraternas e naturais, aspirações patriarcais de todos” (2015, p.25). Para Gevanilda Santos (2009), a função política do mito da democracia racial está em “subalternizar a população negra, na medida em que inferioriza e fragmenta a identidade étnico-racial e impede os protestos por direitos e mobilidade social ascendente” (p. 51).

Partindo da falsa concepção de democracia racial, todas as pessoas estariam sujeitas a serem alvos de violência na escola e na sociedade. Mas, na verdade, o racismo é algo específico que pessoas não brancas sofrem. Um estudo realizado por Eliane Cavalleiro, e publicado em seu livro *Do silêncio do lar, ao silêncio escolar* (2000), revela que “o preconceito e a discriminação constituem um problema que afeta em maior grau a criança negra, visto que ela sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento” (p. 98). Nesse estudo, a autora deixa evidente que os alunos que sofrem racismo tendem a ter um comportamento de isolamento na escola e, conseqüentemente, isso é um dos motivos que justifica o baixo rendimento desses alunos durante a vida escolar.

Em seu livro *Ensinando a transgredir*, Bell Hooks também faz uma análise do comportamento de dois grupos de minorias políticas, estudantes negros e mulheres, em que explica o comportamento apático deles em sala de aula como uma forma de proteção. Para ela,

os alunos de cor e algumas mulheres brancas dizem ter medo que os colegas os julguem intelectualmente inferiores. Já dei aula a brilhantes alunos de cor, alguns de idade avançada, que conseguiam, com muita habilidade nunca abrir a boca em sala de aula. Alguns expressavam o sentimento de que, se simplesmente não afirmarem sua subjetividade terão menos probabilidade de serem agredidos. (2013, p. 56)

Nenhum dos entrevistados, tanto brancos como pardos ou pretos, demonstrou neutralidade ao serem questionados de como encaram a questão do racismo em suas vidas. Em todos os casos, foram argumentadas questões políticas da situação do racismo no Brasil, como a falta de debate e de informação de forma proposital para que o tema continue fora de foco. Entretanto, houve apontamentos em que os entrevistados demonstraram acreditar que a situação do negro no Brasil vem mudando, mesmo que lentamente. Abaixo, estão destacadas algumas das falas dos estudantes:

Aluno I.: A sociedade está cada vez mais envolvida na política, e isso é um ponto positivo porque a gente começa a debater todos esses assuntos. Então, eu acho que o racismo está em um processo de sair daquela impressão de “pra quê falar? Quanto mais falar, mais piora”, está deixando de ser um tabu, mas ainda está em processo. Mas eu acho que já está melhorando.

Aluna N.: Tem pessoas que diz que não existe racismo, o que eu acho um absurdo. Porque o Brasil tem uma dívida histórica com isso, desde a época da escravidão e não só da escravidão. O Movimento Negro é muito importante para tudo que temos hoje, tanto na cultura, quanto na economia.

As falas dos estudantes revelam o pensamento que ainda vigora para muitas pessoas quando questionadas sobre a importância de se discutir sobre relações étnico-raciais no Brasil, expressadas em “*pra quê falar? Quanto mais falar, mais piora*” e “*Tem pessoas que diz que não existe racismo*”. Isso deixa evidente como as ideias proclamadas pelo mito da “democracia racial” estão presentes no imaginário das pessoas para abafar tais discussões da sociedade. No entanto, o pensamento dos estudantes não expressa dessa mesma forma. Para eles, os avanços que aconteceram no campo étnico-racial no Brasil têm desempenhado um papel fundamental para amenizar as desigualdades sociais. Além disso, em sua fala a estudante N. reconhece a importância das lutas do Movimento Negro para os avanços cultural e econômico em nossa sociedade. Conforme Nilma L. Gomes (2017), o Movimento Negro pode ser entendido como:

As mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (p. 23-24)

A partir dessa definição, é possível considerar que o Movimento Negro possui um papel decisivo na conquista de direitos para a população negra. Conforme estabelece Domingues, a primeira fase desse movimento surgiu concomitantemente à proclamação da República em 1889¹². Esse novo sistema político não apenas não assegurava os direitos dos negros, como, ao contrário, limitava suas participações políticas e se enredava em doutrinas racistas pretensamente “científicas” a fim de dar preferência aos imigrantes europeus. “Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos ([...]) em alguns estados da nação” (DOMINGUES, 2007, p. 103). Inúmeras organizações surgiram, desde então, com a ideia central de conquistar uma sociedade justa e contrária às suas arcaicas estruturas racistas.

A luta constante e histórica do movimento negro permitiu a difusão de críticas e esclarecimentos que atingiram inúmeras esferas sociais. Um exemplo de conquista desse movimento é a implementação de políticas de correção das desigualdades raciais históricas no país com a reserva de vagas para o acesso de índios e negros ao ensino superior, segundo a Lei Federal de número 12.711/12, a chamada lei das cotas (GOMES, 2017, p. 89). Entretanto, tais conquistas não podem efetivamente se consumir e se desdobrar em outros avanços sem o apoio da sociedade que, por sua vez, é formada no esvaziamento do discurso político e com o desconhecimento sobre seu próprio passado. Tais fatos aparecem em uma de um aluno entrevistado como tentativa de explicar o porquê ainda existe racismo em nossa sociedade:

¹² De acordo com o artigo *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos* de Domingues, “é comum pensar que o movimento negro organizado só começa nos anos 1930 – por meio da Frente Negra Brasileira –, sendo retomado, décadas depois, com o florescimento do Movimento Negro Unificado, no final dos anos 1970. Este artigo corrobora para refutar essa visão. Ou seja, havia uma articulação de atores e grupos negros em outros momentos. Isto permite afirmar que o movimento negro contemporâneo já acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma tradição de luta que atravessa praticamente todo o período republicano” (2007, p. 122).

Aluno R.: Eu acredito que há uma massa de gente totalmente desinformada sobre o que, de fato, é racismo, e eu ainda nem cheguei na discriminação racial. A gente sabe, o negro sempre existiu, mas ele nunca foi enxergado, ao menos que ele te sirva. Antes eu colocava ele no tronco, hoje eu coloco ele para trabalhar pra mim 10, 12 horas. Jogo ele lá no extremo leste de São Paulo e ele continua meu escravo. A diferença é que só mudou a lei, que parece que foi assinada a lápis. Então, o negro não é representado no país, de modo que você decide achar que ele deve te servir.

De acordo com o aluno entrevistado R., a população negra é vista apenas instrumentalmente. Sua cultura e história juntamente com seus direitos são deslocadas para segundo plano a fim de reduzi-la a mão-de-obra barata. Isso estabelece um ponto terrível com a época escravocrata brasileira, revelando tanto uma legislação que contempla pouco as necessidades da população negra quanto um poder estatal pouco preocupado com os desequilíbrios sociais causados por seu longo processo de discriminação e exclusão dos negros. Em conformidade com isso, uma pesquisa realizada por Rosana Heringer (2002) mostrou que a população negra dos anos de 1990 e 2000 ainda encontrava-se em situação de desvantagem no quesito moradia, emprego e educação quando comparado a pessoa brancas.

O quadro de desigualdade entre negros e brancos está relacionado tanto a fatores estruturais quanto à discriminação. Entre os fatores estruturais, sem dúvida o mais significativo é o componente educacional. Ao situarem nos grupos com menor acesso à educação formal, os negros também ocupam postos de menor prestígio no mercado de trabalho. (p. 62)

A visão do aluno é, nesse caso, bastante pertinente com um olhar crítico contrário a uma noção de meritocracia desconectada com a realidade social. Percebe, desse modo, que, ao mérito individual, está aliada toda uma carga cultural e econômica: ou seja, ao “sucesso”, estão ligadas as condições sociais, econômicas e, sobretudo, históricas que revelam quais opressões ou facilidades ele está submetido cotidianamente.

Tudo isso se reflete em como uma pessoa negra cria a sua identidade. Frantz Fanon (2008) em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, aponta que, entre inúmeros problemas enfrentados pelos negros, ainda é preciso saber se é possível, a eles,

superar o seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico. No negro existe uma exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável. (p. 59)

O autor continua dizendo que para o negro só há uma saída do isolamento que está no mundo branco. Isso porque a imagem do branco foi criada como inverso da imagem do negro em que “ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (FANON, 2008, p. 60). Como então construir uma identidade negra?

Conforme Munanga (2012), a identidade individual serve, em termos gerais, para marcar a diferença. Para a identidade negra, um dos principais constitutivos é a história. O grande problema é que essa história foi contada de forma negativa e desumanizada. Outro entrave foi o afastamento e a destruição da consciência histórica, sendo, essa, uma das principais “estratégias utilizadas pela escravidão e colonização, para destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados” (MUNANGA, 2012, p. 10). Outrossim, é o fato de que, quanto mais uma pessoa negra nega a suas origens e história que está atrelada ao seu povo, mais próxima do branco ela estará. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva. Quanto mais ele rejeita a sua negritude, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34).

Por isso, a importância de se resgatar a verdadeira história, de modo positivo, sobre as populações africanas. Nesse sentido, as relações que se estabelecem “entre professores e professoras, alunos e alunas devemo-nos ater, de início, ao aspecto verbal. [...] Assim, devemos prestar atenção no que falamos – direta ou indiretamente – a respeito dos que estão presentes, bem como sobre a diversidade racial da sociedade” (CAVALLEIRO, 2001, p. 156). Sobre isso, a professora de redação avalia sua postura pedagógica em relação ao racismo da seguinte maneira:

Vejo o racismo como uma questão estrutural. Enraizou-se ao longo dos anos, e pode “passar despercebido”. Passar despercebido pra quem não sofre com ele, no caso. Por mais que eu me esforce para entender como é difícil a realidade de um negro no Brasil, sei que nunca vou entender completamente. Porque não é algo que vivo. Talvez a melhor forma de eu agir seja dar espaço pra que quem deve falar, fale, quando eu puder fazer isso. E tentar perceber os privilégios que tenho, que acabam “passando despercebidos” como algo natural (mas não é natural, de jeito nenhum).

A professora reconhece o seu papel de privilegiada enquanto branca e a importância de dar a voz aos negros, sejam eles alunos, professores ou pessoas que estão fora do cursinho. Relata também a dificuldade em entender a realidade do negro no Brasil. Além dela, um aluno entrevistado teve um posicionamento parecido em que diz:

Aluno R.: A minha professora foi branca, ela não sabe o que é racismo. Quer dizer, eu começo a entender, quando começo a socializar essa integração que eu te disse, andar com negro, conversar com negros... Foi a forma que eu possibilitei a integração deles na minha vida, porque eu não posso falar de uma coisa que eu nunca passei. Eu só tenho essa propriedade de dizer porque ou eu convivo com...

Relacionado a isso, Fanon expõe: “acredito sinceramente que uma experiência subjetiva pode ser compartilhada por outra pessoa que não a viva; e não pretendo jamais sair dizendo que o problema do negro é meu problema, só meu, para em seguida dedicar-me a seu estudo” (2008, p. 86). Isso quer dizer que, quanto mais pessoas se unirem para combater o racismo, sejam elas negras ou não, e estarem comprometidas com uma educação antirracista com bases em teorias desenvolvidas ao longo da história, menos desigualdades, ódio, racismo e preconceito nós teremos, resgatando assim a imagem positiva e a riqueza cultural do povo negro.

Para a própria coordenadora do cursinho, foi difícil construir essa identidade de uma pessoa não branca sobre si. Em suas palavras, ao ser questionada como enxerga o racismo nos dias de hoje, ela diz: “Foi uma questão muito importante para ser debatida aqui [no cursinho]. Inclusive para o meu próprio reconhecimento de pessoa que não é branca, mas demorou muito para entender isso”. Assim, a tomada de consciência de uma condição histórica envolve não apenas a cor da pele; trata-se de algo muito mais profundo, em que se é compartilhado “o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas” (MUNANGA, 2012, p. 12).

De acordo com os professores do cursinho, o tema racial pode ser abordado de diferentes formas, para o professor de matemática, por exemplo: “pode-se aproveitar jornais e revistas [...] para trabalhar conteúdos de estatísticas, porcentagem, gráficos e tabelas”. O professor de biologia reconhece, por sua vez, sua função de educador ao dizer que “devemos policiar nosso pensamento e atitudes (principalmente em sala de aula), para não reproduzirmos o racismo dentro do qual fomos criados”. Conforme Jeruse Romão, para reverter as “estruturas convencionais e discriminatórias, precisamos estabelecer relações de identidade e afetividade, especialmente, na relação professor – aluno” (2001, p. 164). Quando situações como essas são permitidas, acontece o que revela a coordenadora do cursinho:

É doido, porque muitos alunos nossos foram ficando mais bonitos. Tipo, se abrindo, se afirmando. É muito louco de perceber e eu acho que isso é uma consequência de quando a gente pauta essas questões (...).

III.2. PERCEPÇÃO DO TERMO “CONSCIENTIZAÇÃO”

A conscientização política está atrelada à reflexão social, isto é, a uma forma de sensibilidade no olhar que percebe as injustiças que o cercam em suas relações e produções históricas. De acordo com Paulo Freire (2016a), para formação conscientizadora dos sujeitos, é indispensável prepara-los para uma “educação autêntica: uma educação que liberta, não uma educação que molda, domestica, subjuga” (p. 75). Porém, devemos levar em conta que há uma enorme dificuldade para que tal consciência seja desenvolvida, isso porque, ainda de acordo com autor, a efetivação dessa prática requer que os sistemas, métodos e programas tradicionais sejam completamente revistos (FREIRE, 2016a, p. 75).

Para Freire (1967), existem três formas de consciência: “intransitiva”, “transitiva ingênua” e “transitiva crítica”. A consciência “intransitiva” se refere às pessoas que buscam explicação para a vida de forma meramente biológica, sem diálogo com o plano histórico (p. 58). Todavia, ao ampliar seus horizontes com os outros sujeitos e com o mundo é possível chegar à consciência “transitiva”. Para Freire, “seus interesses e preocupações agora se alongam a esferas mais amplas do que à simples esfera vital” (1967, p. 59) e isso que o torna histórico.

Essa transitividade, em um primeiro momento, é predominantemente ingênua, ou seja, a “transitividade ingênua” é aquela que apesar de reconhecer as incoerências sociais ainda se desloca frente ao conformismo, com simplicidade na interpretação dos problemas, fragilidade na argumentação, por um forte teor de emoção e pela ausência de debates, com fortes exposições polêmicas e explicações mágicas (FREIRE, 1967, p. 59).

Seguindo seu percurso de diálogo, essa transitividade tende a se tornar uma consciência crítica. Essa consciência crítica é caracterizada por um aprofundamento na interpretação dos problemas, sem carga preconceituosa. Além disso, existe segurança na argumentação, com engajamento sociopolítico. Desse modo, a formação da consciência crítica acontece no processo de transformação social em conjunto com um trabalho educativo voltado para o diálogo e para a democracia (FREIRE, 1967, p. 61).

Ao mesmo tempo em que as forças políticas e econômicas produzem a alienação enquanto *status quo* de nossa sociedade com o objetivo de manter as pessoas imersas em uma consciência intransitiva, existem pequenas rupturas que causam imensos efeitos sociais e rompem com a uniformidade política. No final de 2015 e começo de 2016, por exemplo, tivemos uma clara experiência sobre isso. O governo do Estado de São Paulo propôs, sem nenhuma consulta popular, o fechamento de inúmeras salas de aulas e escolas públicas forçando os alunos a se matricularem em regiões mais afastadas de suas casas. Essa reestruturação escolar não tinha uma argumentação coesa sobre seus fins, embora o seu projeto previsse o fechamento de mais de noventa escolas¹³.

O que o Estado não esperava era uma organização contrária aos seus planos que viesse não dos diretores e professores, mas, sim, dos próprios alunos e de alguns pais. O paradoxo é que justamente a concepção socialmente difundida de que os estudantes não gostam da escola e ficariam felizes em não terem aulas foi quebrado. Os alunos ocuparam as escolas que seriam fechadas e, por meio de inúmeros diálogos entre si, repensaram outras formas de currículo e instauraram diversas oficinas dentro das próprias ocupações que visavam a formação cultural de um modo participativo. Além disso, “os estudantes organizaram aulas públicas nos diferentes bairros, promoveram *shows* de solidariedade e bloqueios de ruas, rompendo o silêncio e o descaso dos meios de comunicação tradicionais” (MORAIS e XIMENES, 2016, p. 1079).

Esse acontecimento político trouxe outra visão para a escola pública. “Os alunos – apesar da precarização das condições de ensino e trabalho nas escolas – mantêm uma relação positiva com a escola pública, nela reconhecem um fundamental espaço de aprendizagem e de sociabilidade, e por isso se mobilizaram para salvá-la” (MORAIS e XIMENES, 2016, p. 1081). Em vista disso, o fortalecimento do movimento secundarista

¹³ Disponível em <<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/reorganizacao-escolar-em-sp-tem-94-escolas-que-serao-disponibilizadas.html>>>. Acessado em 10 de agosto de 2018.

e o trabalho para uma mobilização de transição da conscientização ingênua dos estudantes se deu também em função do apoio de professores, gestão e toda comunidade escolar, como fica evidente na fala da aluna entrevistada no cursinho quando questionada em quais outros ambientes teve contato com temas políticos como o racismo:

Entrevistadora: Antes de entrar no cursinho você tinha contato com essas questões [políticas]?

Aluna N.: Tinha. [...] O Oscar, em Santo André, é conhecido como uma escola totalmente política. A vice coordenadora de lá é negra, então ela sempre aborda essas questões e não deixa passar abatido sabe?! Ou se acontece algo de violência ou de racismo, ela vai lá e conversa. E por incrível que pareça elas não é aquelas coordenadora rígidas, ela prefere mil vezes sentar e conversar, ter empatia e entender o lado do outro, do que punir, dar advertência e pronto. Nas ocupações que teve em 2015 eu participei, ficamos lá por quase dois meses. Ela não entrou totalmente, mas ela estava lá fora e dizia “gente, o que vocês precisarem contem comigo”. Foi movimentos sociais lá, LGBTs, feministas, negro... Foi até um terreiro de umbanda dar uma aula sobre intolerância religiosa e várias outras coisas... Foi bastante maravilhoso!

Com isso, muitos vivenciaram inúmeras questões que não estavam presentes no seu cotidiano, despertando o início da conscientização crítica e os encaminhando para o engajamento social.

III.3. PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO

Em boa parte das entrevistas realizadas, podemos perceber que existe uma consciência crítica em processo de formação. A própria diferenciação entre *bullyng* e racismo inicialmente analisada demonstra isso. Muitos alunos se sensibilizam com as questões raciais e se reconhecem em muitas delas, além de perceberem o racismo estrutural do Brasil; porém, é nítido também que seus argumentos apresentam certa confusão tanto em relação à formulação dos problemas sociais quanto em relação às possíveis soluções que podemos ter.

Aluna J.: O racismo não diminui, não aumentou. Ele está parado entendeu?! Ele só não aumentou porque teve contracorrentes, para poder combater o racismo, mas ele continua aumentando, mas só que desacelerou, mas ele continua presente em todos os lugares. Tem formas de disfarçar isso, né?! Como colocar um negro em um cargo elevado na novela, é uma forma, ao meu ver, de desfaçar o racismo. Mas acho que ele ainda prevalece muito, e comigo mesmo... eu tenho situações, agora não tanto, porque eu estou andando em ambientes em que as pessoas se sentem à vontade para ser o que elas são e todo mundo respeita.

Aluno G.: [...] Eu nunca presenciei comigo, mas também... quando a pessoa pensa também é uma forma de racismo, eu nunca sei quando uma pessoa está pensando algo ruim de mim. Mas já teve caso da minha professora e até da minha mãe mesmo, de estar chegando em uma loja e a pessoa olhar torto com um monte de segurança em volta. Já ouvi histórias, mas presenciar comigo, não.

Para isso, Paulo Freire explica que a tomada de consciência ainda não é conscientização. “Logo, a conscientização implica que se passe da esfera espontânea de apreensão da realidade para uma esfera crítica, na qual a realidade se oferece como objeto cognoscível e na qual o homem assume um posicionamento epistemológico” (FREIRE, 2016a, p. 56). Portanto, essa análise dos alunos, que a princípio ainda apresenta pequenas confusões, demonstra um caminhar para a conscientização. Ainda de acordo com autor, quanto mais crítico os sujeitos forem em relação à sociedade, mais aptos eles estarão para reconhecer os “mitos que enganam e ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 2016a, p. 60), é possível perceber isso na fala do estudante R. em que diz:

Ou o nosso amigo Monteiro Lobato, com aquela boneca ridícula, que scandaliza a empregada...
[...] Por que eu vou estudar como? Com Monteiro Lobato? Não! Porque a empregada é negra. Então eu extraio isso da história do Brasil e de forma representada eu aplico isso no meio social.

Nesse caso, o aluno reconhece o problema que há na literatura de Monteiro Lobato, identificando a representação racista de uma de suas personagens. Isso demonstra que ele ultrapassa criticamente o imaginário de um autor frequentemente associado à literatura infantil, que graças a Antônio Gomes da Costa Neto¹⁴, ao Movimento Negro e

¹⁴ De acordo com a pesquisa realizada por Antônio Carlos dos Santos, o debate em torno do teor racista da obra de Monteiro Lobato foi instaurado “com a formalização do processo nº 00041.000379/2010-51 pela Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR) junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 30 de junho de 2010, mediante

à políticas de aplicação da lei 10.639/03 evidenciaram e denunciaram o alto teor racista, xenofóbico e preconceituoso das obras do escritor.

Desse modo, “pensar criticamente exige estar alerta para não naturalizar nosso próprio olhar, exige converter em objeto de reflexão crítica todas e cada uma das operações que tomamos” (CARRILO, 2013, p. 29). Assim, a real importância nesse caso está no fato de que tais temas que, antes, eram pouco ou sequer estudados, estão, hoje, sendo debatidos e, por conseguinte, movimentam a consciência em direção a argumentos mais sólidos. Tal conscientização depende de seu contexto e do tratamento político dado a tais temas.

III.4. ESPAÇO DO CURSINHO COMO PRODUTOR DE CULTURA

Para Paulo Freire (2016b), “o fundamental é que o professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apenas apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve” (p. 83), ou seja, para a aquisição do conhecimento de forma conscientizadora é necessário um ambiente que proporcione a discussão dos temas de forma horizontal em que todos possam ser ouvidos.

Por meio das entrevistas realizadas, foi possível perceber que o cursinho proporciona esse contexto, se esforçando para que tanto os professores e coordenadores quanto os próprios alunos participem de modo ativo para uma formação crítica e conjunta.

Aluno I.: O cursinho é muito bom porque, por ser um lugar popular, ele não é ligado a nenhuma instituição. Ele existe porque as pessoas, os professores e a coordenação se esforçam em dar aula para gente [...].

Não à toa, os alunos entrevistados demonstraram grande entusiasmo ao dar sua opinião, principalmente em relação às aulas e aos círculos de debates. O que sustenta esse

denúncia de autoria de Antônio Gomes da Costa Neto, na época, mestrando em Educação na Universidade de Brasília (UnB)” (2015, p. 71).

entusiasmo é a experiência de metodologias que diferem do ensino tradicional. Geralmente, os alunos estão acostumados com um ensino antidialógico que separa a teoria da realidade e que mantém uma visão mecânica de mundo. De acordo com Paulo Freire, as metodologias antidialógicas, “não percebendo esta obviedade, a de que a situação concreta em que estão os homens condiciona sua consciência do mundo e esta as suas atitudes e seu enfrentamento, pensam que a transformação da realidade se pode fazer em termos mecânicos” (2015, p. 175). A partir disso, é possível ver o deslumbramento dos alunos entrevistados com a forma em que as aulas ocorrem no cursinho:

Entrevistadora: Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?

Aluna N.: Primeiro, as aulas aqui no cursinho são maravilhosas, porque elas não abrangem apenas o tema em si, é uma discussão ampla. Por exemplo, se a gente está falando de equação do segundo grau o professor vai explicar a matéria em si, mas também vai explicar o porquê que isso ocorre. Na escola, ontem mesmo eu tive aula de matemática, o professor passa a matéria explica por cima, como se resolve a conta, resolveu, tudo bem... você vai passar na prova, mas...

É interessante notarmos, assim, as diferenças entre as relações estabelecidas pelas instituições formais de ensino e pelo cursinho Florestan Fernandes. De acordo com Dayrell, embora a escola tenha se tornada “menos desigual, continua sendo injusta” (2007, p. 1125), porque, ao abarcar um maior público (sobretudo, as classes baixas), ela não se redefiniu internamente a ponto de criar as condições para que haja o diálogo entre os sujeitos e suas realidades.

Quando se trata de jovens pobres, ainda mais se forem negros, há uma vinculação à ideia do risco e da violência, tornando-os uma “classe perigosa”. Diante dessas representações e estigmas, o jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer. (DAYRELL, 2007, p. 117)

Com isso, apesar de muitos avanços e de empenhos em consumir contextos dialógicos, muitas escolas formais ainda pairam sobre relações de tensão para com seus alunos, seja porque não conseguem compreendê-los como sujeitos históricos (e, por isso, agentes com realidades, problemas e conteúdos próprios), seja porque não conseguem criar um ambiente propício que seja capaz de fomentar processos de subjetivação próprios. Nesse sentido, os estudantes do cursinho se sentem mais contemplados tanto

com a diversidade temática do currículo quanto com as metodologias que a abordam, já que a preocupação principal compreende cada aluno enquanto um sujeito histórico.

Entrevistadora: Como o cursinho aborda esse tema (racial)?

Aluna J.: De maneira incrível. Todo mês tem um tema, teve o mês negro que foi bem bacana. Vieram pessoas negras que contaram... quando teve aquele boato lá da tranças, que branco não pode usar tranças, eles vieram e contaram a história das tranças, que eram usadas na época da escravidão, eles contextualizaram a história do negro e vieram ajudar a quebrar esse preconceito. Pra gente enfrentar o preconceito e dar força para nós, o cursinho é bem legal quanto a isso, também teve o mês indígena, que trouxeram índios para quebrar tabus, e eles sofrem tanto preconceito quanto o negro, só que não é tão visto assim, porque agora o negro tem mais força pra lutar do que índio, porque eles estão mais afastados da sociedade. E o cursinho vem pra ajudar a gente a combater esses preconceitos e desconstruir todos esses pensamentos que tínhamos antes, eu mesma pensava que índio não sofria preconceito [...] Eu sendo negra tinha um pensamento formado sobre os negros, e cursinho veio desconstruir esse pensamento.

No trecho citado, destaca-se a percepção de que a concepção pedagógica de ensino do cursinho diverge do ensino formal. Em um outro momento, aluna N. comparou a forma em que seus professores de matemática ministraram suas aulas: a diferença principal se mostrou na atenção em explicar o conteúdo relacionando-o com suas origens e demonstrando uma preocupação que o outro aparentemente não teve, em relação à aprendizagem do conteúdo. A aluna J. apontou, por sua vez, a diversidade de temas trabalhados no cursinho, através da maneira como os professores trataram as especificidades de cada assunto. Isso demonstra que o cursinho toma um papel de conscientizar seus alunos enquanto sujeitos políticos, portanto, agentes ativos e passivos nas relações sociais. Segundo Maria da Glória Gohn, “a categoria sujeito confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transformam-nos de atores sociais, políticos e culturais em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humanos, político, social” (2013, p. 33).

Tais relações deixam nítido o engajamento estrutural do cursinho, quando os educandos são mobilizados para tomarem consciência de si enquanto sujeitos históricos, pois é justamente “quando – às grandes maiorias – se proíbe o direito de participarem como sujeitos da história, que elas se encontram dominadas e alienadas” (FREIRE, 2015, p. 175). Ainda como J. relatou, “o cursinho vem para ajudar a gente a combater esses preconceitos e desconstruir todos esses pensamentos que tínhamos antes, eu mesma

pensava que índio não sofria preconceito”. Isto porque o Cursinho Popular Florestan Fernandes não se resume simplesmente nem a aprovações quantitativas nem a questões mercadológicas. Ao contrário, ele se define enquanto uma organização social dotada de pautas políticas e intencionalmente explícitas aos alunos. Para que isso aconteça é necessário que sejam revistos os sistemas tradicionais de educação. De acordo com Paulo Freire, “o homem só pode participar ativamente da história, da sociedade e da transformação da realidade se for ajudado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade de transformá-la” (2016a, p. 75).

Aluna J.: Você aprende conversando, você faz rodas para conversar, trocar ideia, faz debates. E isso falta muito no Ensino Médio, fazer esses debates, escutar a opinião do outro, respeitar a opinião do outro, é o que realmente falta no ensino formal. O professor é a figura que está ali e sabe tudo, e você tem que aceitar tudo que ele fala, e não é bem assim.

Essa característica não dissocia a teoria da prática, conduzindo os professores do cursinho a um engajamento político que reconhece as posições e os problemas sociais de seus alunos, de modo que “não é possível chegar à consciência crítica unicamente pelo esforço intelectual, mas, sim, pelas práxis – pela união autêntica da ação e da reflexão” (FREIRE, 2016a, p. 149). O conhecimento se transforma dessa forma em um apoio argumentativo diante dos problemas cotidianos.

Entrevistadora: Como o cursinho aborda esse tema (racial)?

Aluno W.: Eles são bem engajados nesses temas. Estão sempre buscando melhorar e eles sempre buscam dar apoio aos alunos do cursinho. Tanto é que vamos fazer uma nota sobre o caso de transfobia. [...] Eles nos ajudam bastante nessas coisas. [...] A gente discute bastante nos círculos, todos mês tem um tema que é dividido em quatro subtemas.

A escolha dos temas não se baseia assim apenas em um currículo fixo e formal; mas, sim, na identificação das necessidades dos próprios alunos, variando suas temáticas conforme as especificidades que surgem no decorrer do processo de aprendizagem. Para isso, se estabelecem diálogos em que há trocas de saberes e o reconhecimento de certas defasagens do conteúdo.

De acordo com Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido*, “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (2015, p. 115). Uma educação dialógica se inicia, assim, com a abertura tanto dos educadores quanto dos educandos em relação aos conteúdos que ambos possuem tanto a partir de suas realidades presentes quanto a partir das realidades futuras que almejam.

Desse modo, rompe-se com a ideia de que a relação entre aluno e professor se fundamenta em uma hierarquia rígida e autoritária que silencia os alunos. Ao contrário disso, existe uma aproximação entre todas as partes do cursinho dispostas a se comunicarem de forma horizontal, embora respeitando o conhecimento específico que cada um possui.

O espaço que é mais dedicado para essa troca de conhecimento e participação dos alunos é o que chamam de “círculo”. Dos seis alunos entrevistados (sem que a entrevistadora fizesse qualquer menção a ele), cinco alunos o citaram como sendo um importante espaço de construção de ideias e de conversas críticas. Formalmente, o CPFF define os “círculos” como:

[...] “debates” que acontecem uma vez a cada dia de aula e neles são discutidos diversos assuntos, quase sempre vinculados à opressão contra algum grupo, direta ou indiretamente. O momento do círculo é muito importante para a formação dos estudantes e também dos professores, não somente porque abordam temas importantes para o vestibular, mas principalmente porque colaboram para a formação/conscientização relativa a questões como o feminismo/movimento afro-indígena/movimento LGBTTT, entre outros.

De acordo com as pessoas entrevistadas, o “círculo” é o momento que proporciona um amplo horizonte a respeito de diversos temas; inclusive, aqueles considerados polêmicos e pouco discutidos na educação formal. Além disso, ressaltaram o fato de como as discussões ajudam a entender que o conhecimento não é algo fragmentado e solto, ou seja, que os conteúdos cobrados nos vestibulares estão interligados. Nas palavras da aluna N.:

Aqui é muito mais amplo. Uma coisa que gosto bastante aqui é o círculo. Hoje foi sobre direito a cidade, então a gente falou sobre o MST que é um movimento social muito grande e do nada a gente estava falando sobre direito a cidade e em um outro relance estávamos falando

sobre saúde e alimentação. Por que destrincha mesmo o assunto, não fica só naquela coisa engessada... Isso por exemplo ajuda na redação, quando você for dissertar um texto você tem argumentos

Um dos objetivos dessa proposta, além da formação política dos alunos, é a discussão de temas que supostamente cairão na redação do ENEM. Nesse sentido, todos podem falar e expor suas ideias, seja ela a mesma do ministrante do círculo ou não; conseqüentemente, uma diversidade de pensamentos é colocada em cheque para ser questionada e discutida.

CAPÍTULO IV

A EDUCAÇÃO POPULAR RELACIONADA À ESTRUTURA DO CURSINHO POPULAR FLORESTAN FERNANDES

Este capítulo analisa as práticas e ideais do Cursinho Florestan Fernandes tomando como referenciais as características relacionadas à concepção de Educação Popular, formulada no Brasil, a partir da década de 1960, entre outros.

A educação popular está diretamente relacionada com a educação das classes populares. De acordo com Brandão (1985), essa corrente pedagógica não realiza um trabalho voltado para educar os alunos. Seu objetivo é que tanto os educadores quanto os educandos aprendam e ensinem; trata-se de uma educação cujo indivíduo “não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país” (1985a, p. 71).

Além disso, é importante ressaltar que, a educação popular, “não é uma variante ou extensão da democratização da escola, e sim uma concepção de ordem social e próprio sistema educacional” (CARRILHO, 2013, p. 18), sendo seus pontos de partida: 1) a criação de um saber popular que existe como base do trabalho; 2) a negação da cultura dominante como superior, partindo para a ideia de uma cultura orgânica e de classe; 3) a permanente participação do trabalho do educador em transformar sujeitos populares econômicos para sujeitos políticos (BRANDÃO, 1985a, p. 71).

Anteriormente à década de 1960, diversos grupos realizaram experiências que se enquadram nesses parâmetros de educação popular, como, por exemplo, a organização de pessoas negras – desde o império – (HADDAD PIERRO 2000 p. 108-109) e as escolas de inspirações anarquista e socialistas (GALLO, 2007 p. 99-172). Do mesmo modo, desde a década de 1950 até a ditadura militar, outras organizações desenvolveram experiências de alfabetização com vista à emancipação dos sujeitos (HADDAD, PIERRO 2000, p. 111). As experiências nas quais Paulo Freire se envolveu foram influenciadas e influenciaram-se por tais iniciativas, fazendo com que, após reflexões e discussões coletivas, surgisse o termo “Educação Popular”.

Nesse sentido, Paulo Freire lança, nos anos 1960 no Brasil, práticas pedagógicas populares, com objetivo de conscientizar as diversas camadas oprimidas da sociedade. Algumas de suas iniciativas foram: a alfabetização de jovens e adultos dialogando com diversos movimentos sociais, inclusive as organizações operárias e as lutas camponesas por terra. Em seu livro, *Pedagogia do Oprimido*, Freire mostra que as camadas populares sofrem uma desumanização e um silenciamento de sua cultura, ou seja, há uma relação de poder entre oprimidos e opressores. Seguindo essa lógica, o autor aponta que, “os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão” (FREIRE, 2015, p. 59).

Essa restauração da humanidade está diretamente relacionada com os processos educacionais de conscientização direcionados ao povo. Entretanto, “a educação popular não é um ‘método conscientizador’, mas é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções” (BRANDÃO, 1985a, p. 71). Portanto, esse processo da educação popular busca a libertação do oprimido para a transformação de sua realidade, causando uma pressão para “mudanças profundas no modo de encarar os pobres, as classes populares e a sua relação com o conhecimento” (EGGERT, 2013, p. 143).

De acordo com Freire, “a consciência do mundo constitui-se na relação com o mundo; não é parte do eu. O mundo enquanto ‘outro’ de mim, possibilita que eu me constitua como ‘eu’ em relação a ‘você’” (MACEDO e FREIRE, 2011, p. 83). Esse pensamento é central nos círculos de cultura, isso porque, para o autor, enquanto seres humanos, ninguém educa ninguém, as pessoas se educam em conjunto. Isso implica na valorização individual da cultura das pessoas para que todas tenham algo a oferecer nessa troca. Desse modo, na construção do saber em conjunto, o diálogo é a matriz do conhecimento.

Todos esses processos ocorrem nos círculos de cultura pensados por Paulo Freire. Nele o coordenador da roda, “a todo momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo” (BRANDÃO, 1985b, p. 43). Isso quer dizer que não há educação popular sem construção coletiva. É possível notar a relação direta dos círculos do CPFF com os círculos de cultura freireanos; em ambos, há uma preocupação com a participação ativa dos sujeitos envolvidos para que tenham um enriquecimento no debate e uma reflexão acerca de sua realidade. Além disso, os círculos desenvolvidos pelo Cursinho levam os estudantes a refletirem sobre temas que pode ser um conflito para si, como por exemplo, a questão da criação da identidade negra.

Nesse sentido, o Florestan Fernandes enquanto organização social, de jovens e adultos, é destinado “a quem a privação de condições de pleno acesso aos benefícios sociais regulares obriga a procura de agências especiais de serviços compensatórios” (BRANDÃO, 1985a, p. 62). Com isso, novamente se evidencia os objetivos do cursinho e de seus alunos a curto e longo prazos. Todos almejam que os resultados do Florestan Fernandes englobem o máximo possível de ingressantes nas universidades, sobretudo,

públicas. Esse objetivo não impede, no entanto, a conquista de outras reflexões e transformações em suas vidas cotidianas, característica de educação popular.

Grande parte dos ingressantes no CPFF aprofundam suas críticas, por meio de constantes debates e estudos, ao perceberem de modo mais sensível as relações de poder que os cercam. Desse modo, os ganhos sociais acontecem paulatinamente a cada aula, a cada círculo e atividade, mas seus efeitos são intensos. Os discentes compreendem os pontos de exclusão e de exploração existentes em nossa sociedade: percebem que o fato de ser mulher não significa estar determinada a cumprir tarefas domésticas, que o fato de ser pobre não advém da falta de esforço e trabalho, que o fato de ser negro não implica em nenhum tipo rebaixamento; ao contrário, compreendem que tais discursos foram historicamente construídos por aqueles que detêm a dominação econômica e política exatamente para conservar e ampliar esse mesmo domínio.

A partir disso, é compreensível que as relações de poder vigentes em nossa sociedade sejam vistas essencialmente como oposto em relação aos valores dos cursinhos populares. A crítica do CPFF luta contra a “influência” que as classes oprimidas sentem e que foram percebidas tanto por Paulo Freire quanto por Frantz Fanon: “uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo” (FREIRE, 2015, p. 68). Também, Fanon, autor quem influenciou diretamente os pensamentos de Paulo Freire, constata algo semelhante ao analisar em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* o romance autobiográfico de Mayotte Capécia: “não podendo mais enegrecer o mundo, ela vai tentar embranquecê-lo no seu corpo e no seu pensamento” (2008, p. 56).

Isso se assemelha ao que foi dito anteriormente em “Tratamento genérico do racismo” sobre a construção da identidade negra. Ou melhor, assemelha-se às pressões políticas que nossa sociedade cria para inibir a afirmação de culturas e pensamentos diferentes daqueles de sua sociedade capitalista branca. Quando o pobre “quer” ser rico, quando o negro “quer” ser branco, ou seja, quando eles se utilizam de estratégias e valores atualmente hegemônicos a fim de tentarem se alçarem da condição de oprimidos para opressor, não significa uma opção desejada conscientemente. No limite, não há muitas escolhas possíveis que lhes são apresentadas: ao pobre, ao negro e à negra, aos lgfts,

como praticamente a toda sociedade, apresenta-se sempre um mesmo modelo de vida, uma mesma concepção histórica, um mesmo tipo de poder político.

De acordo com Streck, esse poder político revela “as suas margens, e estas são o hábitat da educação popular. De um modo mais radical, é possível que hoje a educação popular queira fazer-se mais explicitamente contra o poder instituído do que como uma articulação para chegar ao poder” (2006, p. 282). Nesse sentido, o CPFF se articula para subverter as estruturas de poder vigentes, ensinando outras formas de sociedade, disseminando valores que não visem a subjugação de muitos em prol do benefício de poucos.

Os objetivos da educação popular ampliam os horizontes por meio do fortalecimento de identidades próprias, da reflexão histórica e social, da subversão da mesmice política que tende constantemente a se apropriar dos corpos e do imaginário das classes pobres. “A força da educação popular está, paradoxalmente, nos restos de esperança transformados em semente de um outro futuro que orienta a busca, e não na criação de futuros fechados que acabam aprisionando as próprias esperanças” (STRECK, 2006, p. 282).

Com isso, a postura dos professores do CPFF superam a simples transmissão de um conhecimento desengajado e distante da realidade histórica e política de seus alunos. Tal atitude confronta o conhecimento mecânico que assume um caráter técnico e não-reflexivo. Como diz Gallo, “abrem-se então duas possibilidades fundamentais para nosso processo educacional: ou formar homens comprometidos com a manutenção desta sociedade ou formar homens comprometidos com sua transformação” (2007, p. 33).

A educação popular ultrapassa, assim, a decoração de fórmulas e o aprendizado maquinal; concomitantemente ao ensino da física, os alunos refletem sobre os porquês de existirem tão poucos engenheiros e médicos negros e vindos de classes pobres, refletem sobre os porquês de se construir majestosos prédios e hospitais nos centros metropolitanos enquanto suas periferias sofrem com o descaso por exemplo.

Os cursinhos populares se preocupam com a sua própria formação política. Nesse sentido, o CPFF forma seus alunos para muito além do vestibular e da concepção de educação bancária. Essa concepção interpreta os alunos como agentes passivos e desprovidos de um conhecimento formal. De acordo com a crítica de Paulo Freire,

“quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos” (2015, p. 83). Entre as diferenças bruscas entre tais perspectivas, se encontra o entendimento de que, por um lado, toda ação é política – inclusive, a educação, os currículos, as instituições, o corpo docente, etc. – e de que, por outro, a educação deve ser neutra e objetiva. Essa última posição se remete a concepções científicas emergentes a partir do século XVII que cindiam o mundo em objetivo *versus* subjetivo; ela não se admite também enquanto um viés político pertencente a uma multiplicidade cultural e epistemológica. Na direção oposta,

Tal processo é assumido positivamente pela pedagogia libertária como uma prática ideológica; posto que não há educação neutra, posto que toda educação fundamenta-se numa concepção de homem e numa concepção de sociedade, trata-se de definir de qual homem e de qual sociedade estamos falando. (GALLO, 2007, p. 25)

Desse modo, o Cursinho Popular Florestan Fernandes assume seu viés político e tenta ser o mais transparente e sincero possível para com seus alunos. Feitas tais considerações, é possível constatar que através do trabalho desenvolvido pelo CPFF há um comprometimento com a educação popular e com as minorias políticas. A abordagem temática de questões relacionadas a opressões atuais, a preocupação em debater problemas para além das exigências curriculares, entre outras atitudes, demonstram sua relação com os movimentos e anseios populares.

Nesse sentido, as relações étnico-raciais são evidenciadas por meio da conscientização das pessoas negras sobre suas origens e culturas, fortalecendo suas identidades e lhes armando de críticas que combatam as injustiças que sofrem. Além disso, foi possível perceber que os professores e alunos não negros repensam suas atitudes enquanto ocupantes de um lugar de privilégios. Alguns educadores, inclusive, ressaltaram que tem aprendido com seus educandos. Esse aprendizado se dá por meio de situações e experiências presentes na vida dos alunos nos quais os professores não tiveram contato, seja por sua classe social ou pertencimento étnico-racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cursinhos populares são alternativas para aqueles que não teriam condições de pagar por um pré-vestibular e para aqueles cujo ensino médio não foi suficiente para ingressar em uma universidade. No entanto, suas propostas vão muito além de aprovações quantitativas em vestibulares e concursos. Tratam-se de organizações que se baseiam no diálogo e na formação política de pessoas com consciência crítica. Esses cursinhos se apropriam dos discursos libertários e afirmam a educação popular como seu principal viés. A educação popular é construída em conjunto, valorizando a cultura individual a fim de agregar a construção do saber coletivo. Essa perspectiva é consumada de forma horizontal por meio do diálogo e da ruptura de símbolos autoritários que criam relações de poder a fim de oprimir seus sujeitos.

No caso específico, o Cursinho Popular Florestan Fernandes busca efetivar as suas propostas políticas-pedagógica por meio da formação que leva em consideração as falas de seus alunos e professores. Nesse sentido, para fazer parte desta organização, é preciso um engajamento e um comprometimento com a transformação dos modos de pensar e agir que vão desde a criação do seu próprio material didático até a formação política baseada no diálogo entre coordenação e professores, professores e alunos, alunos e coordenação.

Além disso, foi possível perceber que todos os agentes do cursinho (professores, coordenação e alunos), demonstram preocupar-se com as relações étnico-raciais no Brasil. Isso foi perceptível por meio das tentativas de superação de preconceitos e estereótipos em seu dia-a-dia, da postura dos professores em sala de aula para debater temas sobre a população negra em geral, da visão dos alunos que se transformou no decorrer do ano no Florestan Fernandes, entre outros exemplos.

Em tempos de retrocesso, ambientes como o Cursinho Popular Florestan Fernandes torna-se um local de resistência diante de políticas que visam o extermínio das minorias. Sendo assim, a educação popular se faz presente na organização por buscar, entre outros fatores, a transformação de sua realidade e combater contra o conformismo político dela. Os sujeitos envolvidos ultrapassam a condição de meros espectadores para se tornarem sujeitos engajados.

Desse modo, aqueles que vivenciam a educação popular alcançam ganhos imateriais. Independente de governantes conservadores e autoritários, essa conquista é algo que não pode ser roubada. A retirada de direitos que presenciamos atualmente não

apaga um passado de lutas e conquistas; muito menos, enfraquece o desejo permanente por mudanças daqueles que anseiam por igualdade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. L. de. **Juventude, Pré-vestibular Popular e Universidade**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016 (dissertação de mestrado).

ALMEIDA, M. D. de. **A formação de professores no Curso Pré-vestibular Comunitário Prof. Wellington Ricardo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010 (dissertação de mestrado).

ANTUNES, D. C. **Razão Instrumental e Preconceito: Reflexões sobre o *Bullying***. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008 (Dissertação de mestrado).

BARBOSA, M. C. “Escravos letrados: uma página (quase) esquecida”. In: **Rev. Da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, v. 12, n. 1, 2009.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985a.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985b.

CARRILO, A. F. “A Educação Popular como Prática Política e Pedagógica emancipatória”. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção coletiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

CASTRO, C. A. **Cursinhos alternativos e populares: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2005 (dissertação de mestrado).

CASTRO, C. A. **Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade**. Campinas: Unicamp, 2011 (tese de doutorado).

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, E. “Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor”. In: CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na Educação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001.

CAVANÊZ, F. “A escola na contemporaneidade: uma análise crítica do *bullyng*”. In: **Revista Quadrimestral de Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Volume 19, Número 2, Maio/Agosto, Rio de Janeiro, 2015.

DAYRELL, J. “A escolar ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil”. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100, out. 2007.

DOMINGUES, P. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. In: **Tempo**, vol. 12, n. 23, 2007.

EGGERT, E. “As muitas margens da educação popular” In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular: lugar de construção coletiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, BA: Editora EDUFBA, 2008.

FREIRE, P. **Conscientização**. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2016a.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 2016b.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 2015.

GALLO, S. **Pedagogia libertária: Anarquistas, Anarquismos e Educação**. São Paulo: Imaginário/EDUA, 2007.

GALVÃO, A. M. de O.; SOARES, L. J. G. “História da alfabetização de adultos no Brasil”. In: ALBUQUERQUE, E. B. C. de; LEAL, T. F. (Org.). **Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GHANEM, E.; TRILLA, J.; ARANTES, V. A. (org.). **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo, Summus, 2008.

GOHN, M. G. “Educação Popular e movimentos sociais”. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular**: lugar de construção coletiva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

GOMES, N. L. “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

GOMES, N. L. **Movimento Negro Educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

GOMES, N. L. “Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?”. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, 2002.

HADDAD, S.; PIERRO, M. C. di. “Escolarização de Jovens e Adultos”. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

HERINGER, R. “Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas”. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

HOLLKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

MACEDO, D.; FREIRE, P. **Leitura do Mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 2011.

MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. B.. “Políticas educacionais e a resistência estudantil”. In: **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 137, out/dez. 2016.

MUNANGA, K. “Negritude e identidade negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?” In: **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, 2012.

MUNANGA, K. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: **SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <<
<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

NASCIMENTO, A; IGNÁCIO, J; PINHEIRO, F. “Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa”. In: **O público e o privado**, n. 3, 2004.

NASCIMENTO, A. “O movimento dos cursos pré-vestibulares para negros e a políticas de cotas nas instituições de ensino superior”. In: **Cadernos Imbondeiro**, vol. 2, n. 1, 2012.

NASCIMENTO, D. do. **Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da Unesp. Marília, SP: Unesp, 2013** (dissertação de mestrado).

PENIN, S. T. de S.; MITRULIS, E. “Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade”. In: **Cadernos de Pesquisa (Fund. Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 36, n. 128, 2006.

PEREIRA, T. I.; RAIZER, L; MEIRELLES, M. “A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares” In: **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 86-96, jan./jun. 2010.

ROMÃO, J. “O educador, a educação, e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro”. In: CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na Educação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001.

SANTOS, A. C. dos. “Monteiro Lobato era racista!?”. In: **CADUS – Revista de história, política e cultura**, v. 01, n. 01, julho de 2015.

SATO, A. “Entrevista concedida a Cloves Alexandre de Castro”. In: CASTRO, C. A. de. **Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade**. Campinas: Unicamp, 2011 (tese de doutorado).

SCHUCMAN, L. V. “Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana”. In: **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 2014.

SILVA, M. A. “Formação de Educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial”. In: CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na Educação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001.

SIQUEIRA, M. H. C. **Aprovação no vestibular como sucesso escolar**: as contribuições de um cursinho popular. São Paulo: PUC, 2016 (dissertação de mestrado).

STRECK, D. R. “A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas?”. In: **Rev. Brasileira de Educação**, v. 11, mai/ago de 2006.

STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). **Educação Popular**: lugar de construção coletiva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

WISSENBACH, M. C. C. “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”. In: **Rev. Brasileira de História da Educação**, n. 4, jul./dez. 2002.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário/a, da pesquisa intitulada: *Educação popular e relações étnico-raciais* que tem como pesquisadora responsável, Karina Rufina Cantanhêde Silva aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP/Guarulhos, orientada pela Prof^a Dra. Mariângela Graciano, que podem ser contatadas pelo e-mail karina.rufina@hotmail.com.

Minha participação consistirá em participar de uma entrevista. Compreendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa e que os dados obtidos serão tratados e divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa e preservando o anonimato de minha identidade. Sei que posso retirar meu consentimento quando eu quiser, e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Nome e assinatura

Local e data

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES

Nome: _____

Data de nascimento: __/__/__ Sexo: _____

Como se define em termos de cor/raça?

branca preta parda amarela indígena outra

Onde você mora?

Qual seu grau de escolaridade/Formação?

Caso tenha feito universidade, qual o curso? Pública ou privada?

Qual matéria ministrada?

Quanto tempo está no cursinho?

Além do cursinho, você trabalha em outro lugar?

Tem algum auxílio financeiro participando do cursinho?

Você contribui financeiramente com o cursinho?

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação (citar nome da escola e da faculdade)? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

Lazer

2. Como você costuma se divertir e entreter?

Organização das aulas

3. Como são formadas as turmas e como é a sua relação com ela?
4. Como costuma planejar a sua aula e os conteúdos?
5. Como você avalia o interesse dos alunos pelas aulas?
6. Como você avalia o aprendizado dos alunos?
7. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para dar aula?
8. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

Racismo

9. Como você enxerga o tema racismo? Fale um pouco sobre o tema.
10. Em sua opinião como esse tema deveria ser abordado em sala de aula? Você considera que ainda há casos de discriminação referente à cor da pele entre os alunos? (Comentários, piadas e etc.)? E entre os professores?
11. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS COORDENADORES

Nome: _____

Data de Nascimento: __/__/____ Sexo: _____

Como se define em termos de cor/raça?

branca preta parda amarela indígena outra

Onde você mora?

Qual seu grau de escolaridade/Formação?

Caso tenha feito universidade, qual o curso? Pública ou privada?

Quanto tempo está no cursinho?

Além do cursinho, você trabalha em outro lugar?

Tem algum auxílio financeiro participando do cursinho?

Você contribui financeiramente com o cursinho?

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

Organização do cursinho

2. A quem se destina o cursinho?
3. Em sua opinião, qual a diferença entre cursinho popular, cursinho comunitário e cursinho comercial?

4. Vocês têm algum curso de formação para professores? Caso sim, como funciona?
5. Como vocês planejam as grades de conteúdos, atividades, horários, etc.?
6. Como é a seleção para a entrada de alunos? Qualquer pessoa pode participar do cursinho? E dos professores?
7. Vocês cobram algum valor dos alunos (matrícula, material didático, mensalidades, etc.)?

Lazer

8. Como você costuma se divertir e entreter?
9. O cursinho possui atividades fora da sala de aula? Quais e como são planejadas? Existe alguma agenda cultural?

Organização das Aulas

10. Como são as aulas?
11. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?
12. Existem avaliações periódicas como simulados de vestibulares? Como eles são financiados?
13. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

Racismo

14. Como você enxerga o tema racismo?
15. Na trajetória do cursinho, já houve casos de racismo? Como eles foram tratados?
16. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo:

Como se define em termos de cor/raça?

branca preta parda amarela indígena outra

Onde você mora?

Com que você mora?

Casa própria, alugada ou cedida?

Qual a sua renda per-capita familiar de acordo com salário mínimo?

1 ou menos 2 a 3 4 a 5 Acima de Seis

Quem ajuda financeiramente em casa?

Você tem acesso à internet em casa?

A sua família possui carro? Se sim, quantos?

Qual é o seu grau de escolaridade?

Qual a finalidade de fazer cursinho?

Quanto tempo está no cursinho?

Além do cursinho, você trabalha ou faz alguma outra atividade? Qual?

Você contribui financeiramente ou materialmente com o cursinho?

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?
2. Como chegou até o cursinho?

Lazer

3. O que costuma fazer para se divertir?
4. É mais comum fazer passeios no local onde mora ou em outros lugares da cidade? Por quê?

Racismo

5. Como você acha que o racismo vem sendo encarado nos últimos tempos no Brasil? Como você encara essa questão na sua vida (fale um pouco sobre o tema)?
6. Como o cursinho aborda esse tema (racial)?
7. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

Estrutura do cursinho e Material didático

8. Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?
9. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?
10. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

ENTREVISTA COM A ALUNA J.

Perguntas abertas

Formação

11. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

J.: O ensino formal nunca foi um problema para mim, eu sempre gostei. A minha escola contribui bastante para isso... foi sempre escola pública, mas não era aquelas escolas públicas jogadas. Então eu gosto do sistema formal de ensino.

Além disso eu fazia ETEC, um curso técnico em administração que também era ensino formal, mas eu não trabalhava, fazia um “bico”, então, passava o dia inteiro fora. Fazia ETEC de manhã, o “bico” à tarde e escola à noite. Raramente falta professor [na escola], mas quando faltava a gente fazia oficinas. Oficinas de arte, foi aí que eu me interessei pelo curso de artes visuais.

Entrevistadora: Então você teve uma boa experiência com a escola, não teve nada que te marcou muito? Nem negativamente?

J.: Não. Mais era o bullying né?! Mas acho que isso é normal. Como, com relação a cor da pele, que é um pouco pesado nessa parte.

Entrevistadora: Como que era?

J.: Eu deixava meu cabelo sempre com progressiva, aí eles zoavam meu cabelo. Zoavam minha mãe, falavam que eu vinha da senzala, isso me machucava um pouco, sabe?! Mas de resto era tranquilo. Aí eu conversei com a coordenação sobre isso, [...] a diretoria tentou resolver, mas não adiantou muito. Aí eu chamei minha mãe, e minha mãe... Ah eu sofri preconceito por parte de uma professora também, aí eu chamei minha mãe e ela é professora, ela é pedagoga, e ela entende um pouco das leis, foi lá resolver, e a professora perdeu o cargo.

Entrevistadora: Mas o que a professora falou pra você?

J.: Eu não tenho capacidade física para fazer Educação Física, eu sempre levava atestado, só que o atestado ficou vencido e eu teria que passar de novo [no médico] e eu não tinha levado para escola. Aí essa professora me pegou pelo braço e me forçou a fazer Ed. Física

e falou que eu... eu não lembro muito porque eu estava na 6º série mais o menos... e ela falou para mim que eu era de pele escurinha privilegiada, coisas do tipo... que eu era uma negra privilegiada porque minha mãe era professora. Depois disso eu sofri leves preconceitos, com relação ao óculos que eu usava, com pele parou por uns anos, porque também teve uma semana cultural que eles falaram de bullying, preconceitos, religião. Foi um trabalho realizado pelos alunos, mas que deu para conscientizar.

12. Como chegou até o cursinho?

Eu conheci através de amigos que fizeram o cursinho ano passava. Eu cheguei a começar o cursinhos com mais seis pessoas de “Itaquá”, mas que desistiram. [...] Eu tenho que estar na estação 6hrs da manhã pra conseguir chegar aqui 8h30.

Lazer

13. O que costuma fazer para se divertir?

Pra me divertir eu assisto muita série. Leio livros também, mas não são livros legais [risos], legais não, livros que a FUVEST não exige. E eu desenho bastante também. Gosto de animais e, às vezes, faço trabalho voluntário em casas de animais, e com idosos. Qualquer coisa que ocupe minha mente na verdade.

14. É mais comum fazer passeios no local onde mora ou em outros lugares da cidade?
Por quê?

J.: No bairro não [tem opções de lazer], mas na cidade sim. Tem o parque ecológico, o museu...

Entrevistadora: Mas perto da sua casa tem algo que dê pra você ir andando?

J.: Tem um espaço que acontece alguns eventos, como dias das crianças, aí tem alguma coisa lá. De vez em quando tem zumba. [...] é da prefeitura, mas raramente acontece, tipo uma vez por mês [...] Vai mais senhores.

É mais comum [fazer passeio] em outros lugares da cidade. [Eu costumo ir] em museus de arte, vou para parques e cinema.

Racismo

15. Como você acha que o racismo vem sendo encarado nos últimos tempos no Brasil? Como você encara essa questão na sua vida (fale um pouco sobre o tema)?

J.: O racismo não diminui, não aumentou. Ele está parado entendeu?! Ele só não aumentou porque teve contracorrentes, para poder combater o racismo, mas ele continua aumentando, mas só que desacelerou, mas ele continua presente em todos os lugares. Tem formas de disfarçar isso, né?! Como colocar um negro em um cargo elevado na novela, é uma forma, ao meu ver, de desfazer o racismo. Mas acho que ele ainda prevalece muito, e comigo mesmo... eu tenho situações, agora não tanto, porque eu estou andando em ambientes em que as pessoas se sentem à vontade para ser o que elas são e todo mundo respeita. Como aqui no cursinho, tem vários tipos de pessoas, e você pode vir do jeito que você quiser que ninguém vai te criticar ou te olhar torto por isso. Mas no bairro mesmo, onde eu moro, cabelo afro ainda é um tabu, tipo, olhar uma pessoa com cabelo afro e falar “nossa senhora, o que é isso?! Vai fazer alguma coisa no seu cabelo”. Mas realmente, eu ainda sofro preconceito, de formas mais leves, moderadas, mas ainda assim, sofro preconceitos raciais.

Entrevistadora: Você falou que aqui no cursinho você se sente à vontade. Quais outros lugares que você não se sente à vontade?

J.: Na escola mesmo, eu não me sentia tão à vontade assim., porque acho que é meio que um trauma. Na faculdade eu já entrei com receio de ser a mesma coisa que na escola. Mas na minha cidade mesmo, no geral, lá é desconfortável para andar do jeito que quero, por isso, realmente, que fico mais no centro de São Paulo do que na minha cidade.

16. Como o cursinho aborda esse tema (racial)?

De maneira incrível. Todo mês tem um tema, teve o mês negro que foi bem bacana. Vieram pessoas negras que contaram... quando teve aquele boato lá da tranças, que branco não pode usar tranças, eles vieram e contaram a história das tranças, que eram usadas na época da escravidão, eles contextualizaram a história do negro e vieram ajudar a quebrar esse preconceito. Pra gente enfrentar o preconceito e dar força para nós, o cursinho é bem legal quanto a isso, também teve o mês indígena, que trouxeram índios para quebrar tabus, e eles sofrem tanto preconceito quanto o negro, só que não é tão visto assim, porque agora o negro tem mais força pra lutar do que índio, porque eles estão mais afastados da sociedade. E o cursinho vem pra ajudar a gente a combater esses preconceitos e

desconstruir todos esses pensamentos que tínhamos antes, eu mesma pensava que índio não sofria preconceito [...] Eu sendo negra tinha um pensamento formado sobre os negros, e cursinho veio desconstruir esse pensamento.

Entrevistador: Esse mês negro, como que funcionou?

Era tudo voltado para o tema[...] Eles trazem palestras que tem nos círculos, o círculo trabalha temas que podem cair na redação do ENEM, aí no círculo foi colocado temas sobre o negro, aí nas aulas, por exemplo, sociologia, filosofia... eles encaixam o tema dentro da didática das aulas. Até em matemática, por exemplo, eles fazem situações problemas em relação aos negros. [...] Todos os professores abordam o tema. Se você tiver dúvidas também, ou precisar desabafar alguma coisa que está acontecendo com você, você pode chegar neles e falar. A gente tem uma relação bem íntima com nossos professores, isso que é o bom, que te deixa mais à vontade ainda nesse lugar, é fantástico.

17. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

Bom, isso é complicado. São diversos motivos. Um deles é a questão financeira, porque negros também não têm tantas oportunidades de emprego na vida, isso é óbvio. E por eles não terem essa condição, eles não conseguem ter uma boa escola, mesmo que ela seja pública. Não tem uma boa escola, mora em periferia... então eles não se desenvolvem bem nos vestibulares, não conseguem a bolsa e podem acabar não conseguindo ir para faculdade. E pagar uma faculdade nos dias de hoje é bem pesado né?! Antes era bem mais pesado do que agora, mas continua sendo bem caro, e, talvez, os negros não tenham tantas condições assim, mas isso está mudando agora, e o número de negros na faculdade está aumentando...

Entrevistadora: Por que você acha isso?

J.: Por causa das contracorrentes que eu tinha falado, para poder combater o preconceito. As inclusões do governo de cotas raciais. Com relações a ter negros dentro de uma empresa, não pode ter essa distinção. E acho que é por isso que estamos conseguindo entrar nas faculdades hoje.

Estrutura do cursinho e Material didático

18. Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?

As aulas são bem livre. Não livres assim: “o que vocês querem trabalhar hoje?”. Mas livre no sentido do tipo se você não concordar comigo pode me corrigir que eu vou tentar absorver o máximo do seu pensamento. Porque no Ensino Médio é assim: eu sou seu professor e eu sei mais que você e é isso. Já aqui, não. Eu não sei de nada, você não sabe nada, então vamos nos juntar para saber. É totalmente diferente, além da relação com os professores, você tem a forma de trabalhar, de conhecer que é mais à vontade. Você aprende não só com giz, lousa e saliva. Você aprende conversando, você faz rodas para conversar, trocar ideia, faz debates. E isso falta muito no Ensino Médio, fazer esses debates, escutar a opinião do outro, respeitar a opinião do outro, é o que realmente falta no ensino formal. O professor é a figura que está ali e sabe tudo, e você tem que aceitar tudo que ele fala, e não é bem assim.

No começo do cursinho, no começo do ano, eles fizeram uma coisa bem bacana. Eles [os professores] trouxeram um texto tal, de autor tal, e é isso que ele fala e é isso que está certo, vocês concordam? Não era um tema que todo mundo tinha uma opinião formada, então todo mundo concordou com eles. Mas aí eles falaram: não, isso está errado, quem escreveu isso não foi esse autor, esse autor nem existe e vocês [alunos] não têm que acreditar em tudo que um professor fala. Foi a melhor parte, eu me encantei pelo cursinho a partir desse momento.

19. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?

J.: Nós usamos o Google Drive, que tem as apostilas de todas as matérias, conteúdos, questões que os professores elaboram e outros conteúdos também, que eles pegam de outros cursinhos. O que eles acham interessante, eles disponibilizam no Google Drive. E também o Descomplica disponibilizou contas para todo mundo do cursinho, aí no meio da semana podemos ter aula pelo Descomplica, de graça. A única parte que foi privada foi a correção das redações, mas isso a gente pede para qualquer professor de redação e eles corrigem quantas a gente quiser.

20. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

J.:A gente tem sim, geralmente, ele ocorre no intervalo. A gente pode almoçar aqui na sala de aula, ou então almoçar e depois ir pra lá [plantão de dúvida] porque é 1h30 de plantão. Quem organiza é a coordenação do cursinho.

ENTREVISTA COM O ALUNO I.

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

I.: Eu fiz meu Ensino Fundamental em escola particular e quando cheguei no 9º ano a minha mãe conversou comigo e disse que não tinha mais como pagar. Então, ou eu entrava na ETEC, ou ia para uma escola pública de bairro. Aí eu fiz a prova e passei na ETEC, fiz o Ensino Médio e técnico lá. A partir do meu segundo ano eu fiz médio e técnico, eu passava o dia inteiro na escola. No primeiro ano foi só ensino médio, no segundo, ensino médio e técnico, no primeiro semestre do terceiro ano foi médio e técnico e no último semestre do ensino médio só estudava e não fazia mais nada.

2. Como chegou até o cursinho?

I.: Infelizmente ano passado eu não passei em nenhuma faculdade que queria. Depois do período de férias eu comecei a ficar desesperado porque eu passava o dia todo em casa e não fazia praticamente nada e eu não estava bem psicologicamente. Aí uma amiga minha me falou desse cursinho, porque alguns amigos dela já tinham feito ano passado, e eu vim.

Lazer

3. O que costuma fazer para se divertir?

I.: Eu gosto de me divertir assistindo filmes e séries. Ouvir música, “rolezar” por aí. Gosto de conversar muito e é basicamente isso. Também gosto de escrever e ler.

4. É mais comum fazer passeios no local onde mora ou em outros lugares da cidade?
Por quê?

I.: Eu nunca tive muitos amigos fora da escola. Meus amigos sempre foram da escola. Do ensino médio eu ainda me encontro com algumas pessoas. Mas agora os meus amigos que mais vejo são aqui do cursinho, que conheci aqui mesmo.

Com o pessoal do ensino médio a gente fica lá pelo Embu mesmo. Com o pessoal do cursinho a gente só sai por aqui, porque somos de vários lugares diferente. Vai mais pra Paulista, Ibirapuera... essas coisas.

[...] Onde eu moro é mais restrito, não tem shopping, tem só umas pracinhas mais o menos, mas atrações que encontramos mais pra cá [centro da cidade] não tem, tipo MASP ou alguma coisa parecida.

Racismo

5. Como você acha que o racismo vem sendo encarado nos últimos tempos no Brasil? Como você encara essa questão na sua vida (fale um pouco sobre o tema)?

I.: Bom, eu acho que o racismo está começando a deixar de ser um tabu porque começamos a politizar mais. A sociedade está cada vez mais envolvida na política, e isso é um ponto positivo porque a gente começa debater todos esses assuntos. Então, eu acho que o racismo está em um processo de sair daquela impressão de “pra quê falar? Quanto mais falar, mais piora”, está deixando de ser um tabu, mas ainda está em processo, mas eu acho que já está melhorando.

Eu encaro o racismo como uma coisa absurda, porque não faz sentido você julgar as capacidades das pessoas ou o caráter dela só pela cor da pele, ou pela herança histórica. Qualquer tipo de preconceito não tem nenhum tipo de embasamento correto, eu acho errado.

6. Como o cursinho aborda esse tema (racial)?

I.: O cursinho é muito bom porque, por ser um lugar popular, ele não é ligado a nenhuma instituição. Ele existe porque as pessoas, os professores e a coordenação se esforçam em dar aula para gente. Então é baseado na experiência e na visão de mundo deles, que a gente acaba concordando batente, porque é uma visão que pode ter um viés ideológico

puxado mais para um lado, só que eles “pregam” o respeito, eles abordam todos os tipos de preconceitos. A gente tem uma matéria chamada “Círculo” para fazer debates. Então tivemos um mês sobre consciência negra, sobre indígenas, sobre LGBTs, sobre ocupação da cidade... Por isso acho que aqui é um lugar muito bom porque todo mundo se sente bem vindo. Temas que seriam teoricamente polêmicos eles abordam de maneira simples e didática pra podermos entender e tirarmos as nossas próprias conclusões. [...] Isso acontece em todas as matéria, mas o “círculo” é um momento pra gente poder debater, porque queira o não, aqui é cursinho pré-vestibular e os professores precisam dar a aula deles.

7. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

I.: Eu acho que é por conta do próprio preconceito que é institucional. A gente vive em uma sociedade preconceituosa. Então você nasce, mesmo que sem preconceitos, vendo preconceito em todos os lugares. Querendo ou não, por causa da herança histórica a quantidade de pessoas negras pobres ... Há muito mais pessoas negras que são pobres, do que negras que são ricas. Isso tudo por causa dessa herança histórica da escravidão no Brasil. Mesmo quando a escravidão acabou, as pessoas negras eram tratadas como inferiores e até hoje são tratadas como inferiores. Não se tem uma expectativa de crescer e é difícil você ver uma representatividade de uma pessoa negra na mídia. Então eu acho que é tanto uma falta de... Porque eu acho que uma criança, qualquer tipo de criança, se você olha para a mídia e não se reconhece, é muito mais difícil você saber que tem uma realidade melhor do que a sua e do seu vizinho que sei lá, está desempregado e tem um trabalho mais... sei lá... a pessoa não consegue enxergar que ela pode ser médico, advogado... ela acha que ela pode ser manicure, ajudante de pedreiro e etc.... Eu também posso estar generalizando porque também não é a minha realidade. Então eu acho que é tanto uma falta de representatividade, de alguém que fale para as crianças, principalmente as negras, “eu fiz isso e consegui ir para faculdade” e também é uma falta de oportunidade. Porque muitas vezes a pessoa têm Ensino Médio, mas não conseguiu passar na faculdade porque a escolaridade não foi boa. Mas se ela tivesse um emprego, talvez, conseguisse pagar a faculdade, mas ela não consegue emprego porque as pessoas não contratam... tem

mais dificuldade em contratar pessoas negras. Então eu acho que é uma mistura do próprio racismo institucional, de oportunidade de educação e representatividade.

Estrutura do cursinho e Material didático

8. Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?

I.: Eu gosto muito das aulas daqui, de verdade, eu gosto bastante. Eu acho que é diferente porque temos liberdade. Se você não quer ver aula você levanta e sai... você só não pode atrapalhar a aula. Você veio aqui, um sábado de manhã, ninguém te obrigou a estar aqui, se você está é porque quer estudar, mas, se um dia você não quiser, tudo bem! Você pode sair, dar uma volta e voltar, ou nem voltar. Isso é interessante. Apesar da hierarquia entre coordenadores, professores e alunos, todo mundo se trata como igual. Não tem tanta burocracia como na escola e na educação formal. A gente tem livre acesso, pode conversar com os coordenadores sem ter que falar com os professores... Eu acho que temos muito mais liberdade para tudo, para pensar, para agir

9. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?

I.: Não temos nenhuma apostila específica, nem livro didático. O que temos é o material que os próprios professores preparam e enviam pra gente.

10. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

I.: Plantão de dúvida ocorre no horário do almoço. Cada dia é plantão de uma matéria, ou tem plantões de mais de uma matéria em salas diferentes. E os professores também passam e-mail e telefones pra gente entrar em contato e tirar as dúvidas quando preciso.

ENTREVISTA COM O ALUNO G.

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?
2. Como chegou até o cursinho?

G.: Pela minha prima. Ele me trouxe pra conhecer aí eu gostei.

Lazer

3. O que costuma fazer para se divertir?

G.: Geralmente eu assisto televisão, jogo no computador ou ouço música.

4. É mais comum fazer passeios no local onde mora ou em outros lugares da cidade?
Por quê?

G.: Onde eu moro. Não sei explicar muito bem o porquê. Acho que é mais pela questão financeira né?! Aí eu não consigo sair, mas é bem raro eu sair porque eu sou um cara bem caseiro. Quando saiu é só pra dar umas voltas.

Racismo

5. Como você acha que o racismo vem sendo encarado nos últimos tempos no Brasil? Como você encara essa questão na sua vida (fale um pouco sobre o tema)?

G.: Em relação ao racismo no Brasil, eu acho que ele vem sendo bem escondido né?! Por exemplo, a gente pode não ficar sabendo de muitos casos no noticiário, mas se formos na internet a gente acha muitos casos de racismo. O racismo em si está bem escondido, eu acho.

Eu nunca presenciei comigo, mas também... quando a pessoa pensa também é uma forma de racismo, eu nunca sei quando uma pessoa está pensando algo ruim de mim. Mas já

teve caso da minha professora e até da minha mãe mesmo, de estar chegando em uma loja e a pessoa olhar torto com um monte de segurança em volta. Já ouvi histórias, mas presenciar comigo, não.

Entrevistadora: O que aconteceu com a sua mãe?

G.: A minha mãe foi comprar um sapato pra ela, ou foi pro meu irmão, não lembro. Aí ela começou a olhar o sapato e nessa hora começou a vir um monte de segurança em volta com aquele olhar disfarçado, aí a minha mãe chegou na moça da loja e falou “moça, eu não vou roubar não tá?!”

Com a minha professora foi a mesma coisa. Mas de dez funcionários da loja, uma era negra. Aí eles justamente essa pra atender ela e enquanto isso os outros ficavam de olho. Aí ela comprou alguns sapatos justamente no nome da vendedora que atendeu ela, ai os outro meio que né....

6. Como o cursinho aborda esse tema (racial)?

G.: No mês que cheguei aqui, eles estavam falando sobre homofobia e no mês seguinte foi justamente sobre racismo, a cor como a maioria se identifica, a casos de racismo também ou também as características que as pessoas atribuem à pessoas negras.

Entrevistadora: Como funcionou esse mês?

G.: Era nos círculos ou em palestras. Normalmente durante o intervalo onde pessoas vinham dar depoimentos ou falar mais sobre o tema. Nos círculos eles conversavam mais com os alunos mesmo. Temas que os alunos davam ideia... Eu participei, eu não falei. Mas eu gostava muito de ouvir! Teve um garoto que uma moça falou que ele não era negro porque o cabelo dele era liso e ele falou “claro que eu sou negro, não é porque meu cabelo é liso que deixo de ser”. Aí eu percebi que o povo gosta muito de atribuir características já feitas...

7. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

G.: Privada, principalmente. Segundo o que eu vejo, porque a população negra é maioria de baixa renda e é meio difícil pagar uma faculdade, mesmo aquelas simplesinhas. Em relação as faculdades Estaduais está havendo uma diferenciação, porque tem muita gente

bem de vida entrando em faculdades pública, uma coisa que não era pra acontecer. Então eu acho que o negro em si é excluído, porque as pessoas com renda mais alta entram em faculdades públicas e tiram o lugar dele. Por isso eu acho que o povo é contra as cotas, porque está dando uma ajuda aos negros. Eu acho que é certo, que precisa dar uma ajuda mesmo se não nem negros na universidade não vai ter mais.

Estrutura do cursinho e Material didático

8. Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?

G.: As aulas do cursinho são bem dinâmicas, os professores são bem animados. Eles usam a linguagem dos jovens. Eu acho que a diferença com a escola em si é que o cursinho ele dá uma aula, mas ele passa meio que por cima, por causa do tempo. Passa a matéria e você estuda em casa. A escola não, a escola dá a matéria toda [...] Mesmo o cursinho passando por cima é bem legal e fácil de entender. A relação dos professores com os alunos é bem divertida... Já aprendi muita coisa aqui, principalmente em relação a assuntos sociais.

9. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?

G.: Apostila não tem, são mais folhinhas que os professores imprimem pra gente.

10. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

G.: Tem! Tem as oficinas que é quando a gente tirar as dúvidas, no intervalo.

ENTREVISTA COM A ALUNA N.

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

N.: No período de 2014 até 2016, ano passado, eu fazia um curso de espanhol que era gratuito em uma escola pública perto da minha escola, Amaral Wagner. De curso, esse foi o que fiz. E agora tem o cursinho popular e de outras atividades, desde quando iniciei o Ensino Médio eu trabalho. Então antes eu trabalhava quatro horas por dia, fazia curso de espanhol à tarde e Ensino Médio à noite. De julho até agora [outubro-2017] estou trabalhando seis horas como estagiária, saio 17hrs e vou pra escola e chego 23h e pouco em casa. Aí se tiver lição eu faço, se tiver trabalho, faço trabalho.... Aí essa é minha rotina durante a semana: estudar e trabalhar, sábado eu acordo e venho pro cursinho.

É bem tranquila a minha relação com a escola, eu me desenvolvo muito bem. Os professores, eu tenho bastante contato com eles, mas ultimamente eu tenho ficado muito triste com a minha escola. É uma escola estadual e eu estou vendo que está tendo muito prejuízo para essas pessoas que são de escola pública. Tudo bem, eu estou no último ano do Ensino Médio, mas para as outras pessoas que vão ficar, principalmente no período noturno, tem muita defasagem. Ultimamente os professores têm faltado muito, quando tem professor ele passa a matéria, mas não explica. Tudo bem, não é só culpa do professor, às vezes a sala também não colabora, mas também falta muito incentivo para essas escolas.

2. Como chegou até o cursinho?

N.: Uma amiga minha do espanhol falou “Na, você não quer prestar USP”, eu respondi que sim e ela me falou que fazia esse cursinho, que era todo sábado e era popular. Disse também que eles focam mais em universidade pública, aí eu me interessei. Entrei na página do facebook, vi o link da inscrição e chamei mais três amigas minhas pra fazer

junto comigo, mas elas acabaram desistindo no meio do caminho, porque começaram a trabalhar.

Lazer

3. O que costuma fazer para se divertir?

N.: É bem raro! Eu não tenho muito tempo. Mas eu gosto mais de vir pro centro de São Paulo e buscar coisas gratuita e em São Paulo tem bastante disso, principalmente na região da Paulista... por ter mais coisas culturais. Gosto de Tetro também, lá perto da minha casa tem o Teatro Santa Terezinha e a Escola Livre de Teatro, então vire e mexe quando tem peça e é gratuito eu vou pra lá. Então é mais dessas coisas que eu gosto. Quando não, eu gosto de assistir uma série.

4. É mais comum fazer passeios no local onde mora ou em outros lugares da cidade?
Por quê?

N.: No local onde eu moro, na verdade não tem muita coisa. É mais pro centro de Santo André é que eu vou achar. Tem um espaço lá que tem biblioteca, ai tem teatro lá também. Mas vou bem raramente, eu venho mais para o centro da cidade mesmo.

Racismo

5. Como você acha que o racismo vem sendo encarado nos últimos tempos no Brasil? Como você encara essa questão na sua vida (fale um pouco sobre o tema)?

N.: Tem pessoas que diz que não existe racismo, o que eu acho um absurdo. Porque o Brasil tem uma dívida histórica com isso, desde a época da escravidão e não só da escravidão. O Movimento Negro é muito importante para tudo que temos hoje, tanto na cultura, quanto na economia. Infelizmente as pessoas acabam fechando os olhos para essas coisas. Por exemplo, quando eu fui fazer a inscrição da FUVEST, tem lá cotas para quem é de escola pública e cota racial, e é só 5%. Eu fiquei pensando, tanto luta e só 5%. Tanto é que aqui no cursinho ainda tem bastante negros, porque é um cursinho aberto, que trata de todos esses assuntos, que acolhe as pessoas e as pessoas acabam se sentindo à vontade para esse tipo de ambiente, se sentindo livres. Aqui, ainda assim, não tem muitos negros. Porque, querendo ou não, fica em uma região de São Paulo afastada,

porque fica no centro. Aí falta chegar informação para as pessoas que estão afastadas do centro, que no caso, são as periferias. Por ser USP, uma faculdade pública, era pra ter ocupação dos negros e das minorias em si, mas acaba que não tem, por falta de chegar informação para as pessoas que precisam. Existe sim racismo hoje em dia, e o movimento negro está aí para combater isso, pra falar que resistem e existem, é muito importante entender como funciona, porque o Brasil faz parte disso.

6. Como o cursinho aborda esse tema (racial)

N.: O cursinho aborda [o tema] muito bem! Foi aqui que eu aprendi muita coisa sobre o movimento negro e quanto ele influencia em tudo. Porque na escola ... por exemplo nos livros didáticos, não abrange a questão do movimento negro desde a sua raiz e quanto isso influenciou. Nos livros didáticos tem muito mais sobre a questão Europeia e a “riqueza” que os portugueses trouxeram para o país (que até hoje eu não vi). Aqui você realmente se sente livre pra comentar e compreender e desaprender sobre essas questões.

Entrevistadora: Antes de entrar no cursinho você tinha contato com essas questões

N.: Tinha. A minha escola por estar ruim desse jeito... O Oscar, em Santo André, é conhecido como uma escola totalmente política. A vice coordenadora de lá é negra, então ela sempre aborda essas questões e não deixa passar abatido sabe?! Ou se acontece algo de violência ou de racismo, ela vai lá e conversa. E por incrível que pareça elas não é aquelas coordenadora rígidas, ela prefere mil vezes sentar e conversar, ter empatia e entender o lado do outro, do que punir, dar advertência e pronto. Nas ocupações que teve em 2015 eu participei, ficamos lá por quase dois meses. Ela não entrou totalmente, mas ela estava lá fora e dizia “gente, o que vocês precisarem contem comigo”. Foi movimentos sociais lá, LGBTs, feministas, negro... Foi até um terreiro de umbanda dar uma aula sobre intolerância religiosa e várias outras coisas... Foi bastante maravilhoso!

Entrevistadora: Você participa de algum coletivo?

N.: Ativista eu não sou, nem filiada a nenhum movimento estudantil. Mas, se me perguntarem hoje, eu sou mais engajada no movimento estudantil secundarista do que em outros movimentos. Eu me encaixo no movimento feminista, simpatizo, mas não falo que sou ativista do movimento feminista. [...]

7. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

N.: Então, nas faculdades particulares... não sei, mas dá pra ter uma ideia... Que nem a minha amiga, ela vai fazer Uninove com 80% de desconto e ela é negra. Ela falou assim “Na é impressionante, não vê negros. Só vê gente branca, na minha sala de prova só tinha eu e mais duas pessoas”. Então é triste, porque... tem gente que fala que cota é errado... Mas não, cota é um direito, o movimento negro lutou por isso, pra ter acesso. Ela falou “tenho certeza que quando eu entrar na sala de aula vão olha pra mim e falar ‘ah, é bolsista, sem condição, cotista’, e isso é ruim pra uma sociedade atual.

Estrutura do cursinho e Material didático

8. Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?

N.: Primeiro, as aulas aqui no cursinho são maravilhosas, porque elas não abrangem apenas o tema em si, é uma discussão ampla. Por exemplo, se a gente está falando de equação do segundo grau o professor vai explicar a matéria em si, mas também vai explicar o porquê que isso ocorre. Na escola, ontem mesmo eu tive aula de matemática, o professor passa a matéria explica por cima, como se resolve a conta, resolveu, tudo bem... você vai passar na prova mas...

Fora as discussões nas aulas de humana, é uma discussão muito mais voltada para o dia-a-dia. Pelo aqui eu me sinto muito mais livre para aprender do que na escola. Porque na escola, querendo ou não, é muito mais engessado. Tem as apostilas que o governo manda, a minha professora de química passa a apostila e fala “faz da 1 até a 10” se você fizer da 1 até 10 em duas aulas ela marca, dá o carimbo e você ganha dois pontos na média e ela não corrige! Aí a gente vai pergunta pra ela, e ela diz “mas você não veio na aula passada? Eu expliquei na aula passada”. Meu, você é professora sabe?! Você está aqui pela educação. Então... é triste a situação.

Aqui é muito mais amplo. Uma coisa que gosto bastante aqui é o círculo. Hoje foi sobre direito a cidade, então a gente falou sobre o MST que é um movimento social muito grande e do nada a gente estava falando sobre direito a cidade e em um outro relance

estávamos falando sobre saúde e alimentação. Por que destrincha mesmo o assunto, não fica só naquela coisa engessada... Isso por exemplo ajuda na redação, quando você for dissertar um texto você tem argumentos [...] Os professores também, se acontece alguma coisa aqui, eles vão colocar em pauta o tema. Eles vão discutir entre eles e com a gente também. Nós ficamos a par do assunto. Já na escola não, os professores conversam entre eles e lá fica. Nós não sabemos o que está acontecendo, sendo que a escola é dos alunos e professores, porque se não existe aluno, não tem professor e vice-versa. [...]

9. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?

N.: Por ser um cursinho popular a gente não tem, mas eu não sei se algum cursinho popular tem. Os professores trazem a matéria que não dar, mas suponho eu, que eles pesquisam e trazem o material deles pra aula. O meu material de estudo é um caderno e o estojo da escola... Mas uma apostila assim a gente não tem. O bom é que eles disponibilizam tudo na página do *Facebook*. Então por mais que a gente não tenha uma material físico em mãos, a gente tem material online que eles disponibilizam.

10. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

N.: Sim. Depende de cada professor que disponibiliza o plantão é sempre na hora do almoço. Porque como começa 8hrs da manhã e acaba 18hrs da noite, se ficar pra depois acaba ficando muito tarde.

ENTREVISTAS COM O ALUNO R.

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

R.: Estudei da 5ª série até o Ensino Médio em escola pública. Com 16 anos comecei a trabalhar em uma empresa, nesse período trabalhei e estudava. [...] Era menor aprendiz e fazia curso dado pela empresa [...] curso que trabalhava administração, regências de empresas, essas coisas... e também fazia curso de idiomas.

2. Como chegou até o cursinho?

R.: Foi indicação de uma amiga, que começou junto comigo.

Lazer

3. O que costuma fazer para se divertir?

R.: O meu *hobby* sempre foi tocar. Tenho acesso a biblioteca, teatro, coisas desse tipo...

4. É mais comum fazer passeios no local onde mora ou em outros lugares da cidade?
Por quê?

R.: Já foi mais comum fazer onde eu moro. Porém, hoje estou migrando para áreas que tenham mais disponibilidade de espaços mesmo: passeios, parques, essas coisas...

Entrevistadora: Mas isso é uma opção sua, ou porque no lugar onde você mora não tem?

R.: Porque o lugar onde eu moro, começou a decair. Aliás, grande parte dos bairros de São Paulo.

Entrevistadora: O que você chama de “decair”?

R.: Aquilo que faziam, não fazem mais, porque a verba do governo foi cortada pro Teatro de onde eu moro.

Entrevistadora: Então onde você mora tem iniciativas governamentais para arte, lazer e entretenimento?

R.: Quer dizer, teria iniciativas pra arte né... onde eu participei. Por exemplo, eu participei de um coro, pelo Teatro Municipal da cidade [de São Paulo] aberto no meu bairro, onde não existe mais porque a verba foi cortada. Então a gente tem que migrar para esses concertos no centro da cidade, esse determinado tipo de coisa que estão cada vez mais privatizados graças a corrupção.

Racismo

5. Como você acha que o racismo vem sendo encarado nos últimos tempos no Brasil? Como você encara essa questão na sua vida (fale um pouco sobre o tema)?

R.: Eu acredito que há uma massa de gente totalmente desinformada sobre o que de fato é racismo, e eu ainda nem cheguei na discriminação racial. A gente sabe o negro sempre existiu, mas ele nunca foi enxergado, ao menos que ele te sirva. Antes eu colocava ele no tronco, hoje eu coloco ele para trabalhar pra mim 10, 12 horas. Jogo ele lá no extremo leste de São Paulo e ele continua meu escravo. A diferença é que só mudou a lei, que parece que foi assinada a lápis. Então, o negro não é representado no país, de modo que você decide achar que ele deve te servir. Quer dizer, ele não está representado, você não consegue passear no shopping, ou num determinado estilo musical de elite e ver um negro lá, porque você ainda acha que ele te rouba, ou que ele é menos intelectualmente desenvolvido. O que resulta em determinada desigualdades sociais, pois eu não forneço mobilidade social para o negro.

Então, a minha bisavó que é branca é dona de cartório, a bisavó de um negro era uma mulher escrava. Como que eu vou possibilitar pra ele acesso à educação, cultura, já que não tem como mudar algo que é tão natural a condição de ser negro... Então eu não do emprego, eu não faço determinadas coisas que eu julgo que... eu sou apático a isso, eu não faço na para que isso desmitifique. Quer dizer, que ainda acho que um negro tem me servir, é isso que eu acho. Ou o nosso amigo Monteiro Lobato, com aquela boneca ridícula, que escandaliza a empregada...

6. Como o cursinho aborda esse tema (racial)?

R.: Eu acho que aborda de forma muito superficial. Isto é, eu não esclareço pra você onde está representado e ativado na sociedade o racismo. Quer dizer, o negro não é vendedor porque não atraí né, você entrar numa loja *MOfficer* e ver um negro. O negro não está representado aí. Ainda hoje uma mulher negra é objeto sexual, é faxineira... a barra já é pesada se você for mulher, se você for mulher e negra, você tá lascado. Que necessariamente, quase necessariamente, você é pobre. Porque você não teve carreira, não te deram esse tempo.

[...] [O cursinho] aborda de forma superficial como se fosse só um tema. Eu acho que é um tema a ser discutido, mas acho que também tem que representar e apresentar de que maneira ele está desenvolvido na sociedade, para que eu possa perceber e possivelmente não praticar atos involuntários de racismo. Porque é muito “fácil” eu dizer que tem, e isso a gente já sabe, eu quero saber onde está desenvolvido e o que tem que deixar de fazer para que isso não, não tenha é muito pretencioso, mas para que isso diminua. Eu acho que tem tido boas causas, mas integração está pequena.

7. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

R.: Justamente por tudo isso que falei. A minha bisavó era escrava, então ela não tinha como ensinar minha mãe a ler... então como que ela vai me incentivar a ler Machado de Assis, Graciliano Ramos, como? Se é isso que o vestibular cobra. Então é extremamente difícil você representar o negro nesse quesito, até porque, como ele está associado a escola pública, porque não pode pagar, a escola já é ruim por si só, claro que não todas, mas a síntese é ruim. Então eu não favoreço isso. É difícil pra mim que sou de escola pública entrar em uma universidade, imagina para um negro que mora lá na cidade Tiradentes, atravessar para o Butantã, será que é igual? Não é igual! Lá não tem Teatro, não tem quadra de futebol, lá tem morro e baile funk.

Entrevistadora: Dentro desse quadro ainda, como que você chegou a formular todos esses pensamento e a defende-los?

R.: Olha, não sei se eu defendo ou se eu acuso. É o que é né. [...] Como eu cheguei? Quando eu parei de pensar só em mim.

Entrevistadora: Mas você estuda sobre o tema?

R.: Eu acho que não precisa na verdade. Estudar de forma didática não precisa, porque a minha professora foi branca, ela não sabe o que é racismo. Quer dizer, eu começo a entender, quando começo a socializar essa integração que eu te disse, andar com negro,

conversar com negros... Foi a forma que eu possibilitei a integração deles na minha vida, porque eu não posso falar de uma coisa que eu nunca passei. Eu só tenho essa propriedade de dizer porque ou eu convivo com... Porque eu vou estudar como? Com Monteiro Lobato? Não! Porque a empregada é negra. Então eu extraio isso da história do Brasil e de forma representada eu aplico isso no meio social.

Entrevistadora: Você nunca sofreu racismo?

R.: Não né. Eu sou branco!

Estrutura do cursinho e Material didático

8. Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?

R.: Eu acho que a grande diferença é que eu que procuro né. Quando eu procuro, eu começo a correr atrás, digamos, do meu prejuízo. Então a questão aprendizagem fica mais fixa em mim e isso começa a fazer efeito. Diferente do cara que é matriculado pela mãe na escola pública e tem que ficar até os dezessete. Então ocorre diversos problemas, porque você une em uma classe diversas pessoas, com diversos pensamentos filosóficos em uma única sala. Então você coloca quarenta, cinquenta, para um [professor]. Logo, a questão de aprendizagem, no coletivo é muito maçante, demora muito, não tem um dinamismo o que tem aqui no cursinho, essa é a distinção.

Entrevistador: Como são as aulas? Os professores?

R.: Muito capacitados. Um conteúdo muito bom.

9. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?

R.: O material é distribuído pelos professores, e é só isso mesmo. E tem livros disponíveis também, que eu posso pegar ler e devolver. Isso fora da sala de aulas.

10. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

R.: Tem, os professores são bem disponíveis para conversa. Tanto via internet ou pessoalmente. Então você procura o professor pra tirar suas dúvidas.

ENTREVISTAS COM O ALUNO W.

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

W.: Eu sempre estudei em escola pública. Mas da 4º até a 5º série o estudo era bem precário na escola onde eu estudava. Da 5º série até meu último ano, foi muito bom. Além disso eu era jovem aprendiz na Bimbo. E fazia curso de inglês e de desenho. Teatro e dança também.

2. Como chegou até o cursinho?

W.: Conheci o cursinho por uma amiga.

Lazer

3. O que costuma fazer para se divertir?

W.: Eu gosto de sair pro centro da cidade.

Entrevistadora: Quais lugares você costuma frequentar no entro da cidade?

W.: Eu gosto mais de ir em manifestações.

Entrevistadora: Manifestações políticas, artísticas...?

W.: Políticas e artísticas.

Entrevistadora: Desde quando você costuma ir?

W.: Desde o ano passado, agosto [2016]

Entrevistadora: Mais alguma coisa que você goste de fazer pra se divertir?

W.: Não... em casa eu gosto bastante de ler.

Entrevistadora: Que tipo de coisa você gosta de ler?

W.: Eu só gosto de ler, não importa muito o que.

4. É mais comum fazer passeios no local onde mora ou em outros lugares da cidade?
Por quê?

W.: No local onde eu moro, porque eu tenho uma vizinha que sempre fico na casa dela ou dando “rolê” por ali mesmo. Tem o senhor dos pasteis que a gente vai lá pra comer a açai.

Racismo

5. Como você acha que o racismo vem sendo encarado nos últimos tempos no Brasil? Como você encara essa questão na sua vida (fale um pouco sobre o tema)?

W.: O racismo é bem velado na verdade né?! Tem vários tipos de racismo: racismo institucional... tem bastante na real. Eu acho que tem piorado muito, acho que as pessoas estão pesando muito mais nessa questão de racismo. Principalmente aqui na USP! Foi uma luta pra conseguirmos ter cota aqui e aí a gente conseguiu agora, mas eles estão tentando tirar de novo. Pra mim é bem ruim, porque é uma coisa do cotidiano, porque a gente sofre muito com isso.

Entrevistadora: E na sua vida particular, como funciona isso?

W.: Eu apenas ergo a cabeça e sigo em frente.

Entrevistadora: Mas na sua vida você sofre racismo?

W.: Já sofri bastante! Foi horrível. Aqui na USP mesmo, quando comecei a fazer cursinho durante a semana, no prédio de Educação na Pedagogia, a gente estava ali na grama e passaram alguns alunos, acho que da pedagogia mesmo e falou que nosso lugar não era ali, que “lugar de macaco era na jaula” ~~[entrevistando ficou muito abatido ao dar esse relato]~~. [...] Eu acho que eles [pessoas do prédio de educação] são bem preconceituosos com as pessoas do cursinho [cursinho Edson Luiz], principalmente por a maioria ser preto e também porque a diretora não que a gente naquele espaço. Ela disse que vai defasar o lugar, que a gente está ali só de favor. [...] Ela quer tirar a gente dali a qualquer custo. [...] Eu tenho uma amiga também... na verdade teve um caso essa semana de transfobia e homofobia, um cara foi tranfóbico com ela e homofóbico comigo. E o pessoal daquele restaurante... não foi a primeira vez, foi no restaurante da pedagogia, e aí foi um bafafá. [Cursinho Edson Luiz lançou uma nota de repúdio ao ocorrido]

6. Como o cursinho aborda esse tema (racial)?

W.: Eles são bem engajados nesses temas. Estão sempre buscando melhorar e eles sempre buscam dar apoio aos alunos do cursinho. Tanto é que vamos fazer uma nota sobre o caso de transfobia. [...] Eles nos ajudam bastante nessas coisas. [...] A gente discute bastante nos círculos, todos mês tem um tema que é dividido em quatro subtemas.

7. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

W.: Porque a Universidade não quer pessoas negras. Porque quanto mais pessoas negras entrarem, mas a qualidade do ensino cai [...] É o que eles dizem.

Estrutura do cursinho e Material didático

8. Como são as aulas aqui no cursinho? Quais as semelhanças e diferenças com a educação formal?

W.: Por a gente ser um movimento social, a gente não tem material. Os professores, no caso, que montam o material. A gente não tem vínculo com nenhuma instituição governamental. Antes fazíamos parte da rede emancipa, mas a gente se desvinculou. Porque era uma rede coligada com PSOL junto com a Luciana Genro, e ela estava abrindo vários cursinhos só por abrir e não tinha cursinho só colocava nome...

As aulas no cursinho são bem boas, porque na escola são temas que professor precisa seguir a grade. Aqui no cursinho eles montam uma grade e eles trazem aulas da própria faculdade, eu acho que eles estão bem preparados para dar aula. Acho o cursinho bem diferente da escola.

Entrevistadora: Como é a relação dos professores com os alunos?

W.: É bem boa. É uma relação... Tipo, não é uma relação de hierarquia “eu sou professor e você é o aluno” a gente faz tudo bem juntos.

9. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para estudar?

W.: A gente não tem material didático. Os professores trazem as aulas e a gente interage com eles.

Entrevistadora: Como funciona os simulados?

W.: Os professores tem um caixa e a gente sempre está fazendo movimentos pra arrecadar dinheiro nas festas que tem aqui na USP e conseguir fazer os simulados.

10. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

W.: Sim. No horário de almoço que é 1h30 tem... tipo a gente fala que é oficina, mas é plantão pra você tirar suas dúvidas.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Perguntas abertas

Formação

17. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação (citar nome da escola e da faculdade)? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

Cursei ensino médio técnico integral no Senai/SP (não trabalhava). Minha primeira graduação foi Eng. Mecânica pela USP (trabalhei do 3º ano até a conclusão do curso). Minha segunda graduação está sendo Lic. Matemática pela USP (trabalho em cursinhos populares e faço estágio em cursinho tradicional). No ensino médio participei do grêmio estudantil da instituição. Na primeira graduação não participei de nenhuma atividade extra classe. Na segunda graduação (cursando atualmente) tenho participado muito pouco de atividades extra classe.

Lazer

18. Como você costuma se divertir e entreter?
- Cinema, restaurantes e internet. Costumava ler mais (romances, biografias, etc), mas devido ao pouco tempo acabei deixando esse hobby de lado.

Organização das aulas

19. Como são formadas as turmas e como é a sua relação com ela?
- A divisão dos alunos nas turmas é feita pela organização do cursinho e não conheço os critérios usados por eles. A divisão dos professores (no caso, de matemática – eramos seis no começo de 2017) nas turmas é feita em reunião entre os próprios professores no começo do ano e depois novamente em agosto. Minha relação com a turma é estritamente profissional: dou a aula, deixo o meu Whats para os alunos procurarem ajuda em caso de dúvidas e às vezes preparo uma lista de exercícios. Não sei os nomes dos alunos e teria dificuldade de reconhecer algum deles na rua, por exemplo. Não sou procurado, nos corredores, pelos alunos

para conversar e, por outro lado, também não procuro os alunos para falar sobre temas extra aula.

20. Como costuma planejar a sua aula e os conteúdos?

Todos professores da frente de matemática se reúnem no começo do ano (em geral fevereiro) para definir o conteúdo que será abordado e a divisão desse conteúdo nas aulas previstas até a data dos vestibulares (em geral novembro). Pretende-se que todos os professores abordem o mesmo conteúdo, na mesma sequência, sem atrasar aulas, pois é comum no Cursinho Florestan haver reorganização das turmas durante o ano e, por exemplo, duas turmas serem unidas em uma única. Por isso é importante que todos os professores estejam abordando o mesmo conteúdo. Na reunião de começo de ano, a escolha do conteúdo é feita com base na experiência dos professores sobre as maiores deficiências que os alunos trazem do ensino médio e também com base no que o Enem e os principais vestibulares de São Paulo cobraram nas últimas provas.

Uma vez definido o conteúdo das aulas, cada professor é livre para abordá-lo da forma como julgar mais eficaz. Em particular, para preparar minhas aulas, eu uso como base livros didáticos do ensino médio, apostilas de cursinhos tradicionais e vídeo aulas na internet. Minhas aulas são majoritariamente expositivas (lousa, giz e saliva). Faço questão de, em cada aula, sempre resolver na lousa pelo menos uma questão que tenha caído no Enem. Tento, sempre que possível, abordar os conteúdos de forma fácil, usando o que os alunos já conhecem do dia a dia (por exemplo, na minha aula de razão e proporção, eu faço toda a construção do conhecimento a partir de como cozinhar 1 xícara de arroz). Gostaria de poder fazer aulas de resolução de exercícios (nas quais os alunos tentam resolver sozinhos alguns exercícios preparados pelo professor), mas devido à pouca quantidade de aulas no ano, acabo não tendo oportunidade de realizar essa atividade.

21. Como você avalia o interesse dos alunos pelas aulas?

Minha percepção é que os alunos terminam o ensino fundamental odiando matemática e só assistem essas aulas no cursinho porque cai no vestibular. Nas vezes que eu disponibilizo listas de exercícios para os alunos estudarem em casa, quase nenhum mostra interesse em resolver os exercícios ou procurar ajuda caso não consigam fazê-los. São raros os alunos que mostram real interesse pela

matemática e, em geral, esses alunos são aqueles que estão pleiteando ingressar em cursos de matemática, estatística e afins (mesmo alunos que almejam as engenharias, não mostram interesse em estudar matemática).

22. Como você avalia o aprendizado dos alunos?

Pela minha experiência, os alunos chegam ao cursinho com uma enorme deficiência em matemática. A maioria deles não domina nem temas abordados no ensino fundamental (por exemplo, divisão de números decimais, operação com frações e conversão de unidades), quanto mais do ensino médio. Esperar que em oito meses, com menos de duas horas de aula a cada sábado, eles absorvam mais de oito anos de conteúdo atrasado é utopia. Minha expectativa é que eles terminem o ano melhores do que começaram e, de fato, já recebi relatos de alunos que me disseram já terem prestado Enem antes, mas não conseguiram fazer nenhuma questão de matemática. Depois do cursinho eles já conseguiram fazer algumas.

23. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para dar aula?

Em matemática, não temos nenhum material didático (nem mesmo apostilas). Fica a critério de cada professor dessa disciplina postar, no grupo dos alunos no Facebook, listas de exercícios ou qualquer conteúdo (vídeos, links, etc) que julgue interessante. Em particular, eu tento preparar listas de exercícios, mas devido a falta de tempo (e também em parte por conta do pouco interesse que noto nos alunos) acabo não fazendo, ou fazendo listas esporádicas.

24. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

Em matemática não há plantões de dúvidas regulares e fica a cargo dos próprios alunos criarem grupos de estudos entre eles. Entretanto, não tenho conhecimento de nenhum que tenha sido criado este ano.

Racismo

25. Como você enxerga o tema racismo? Fale um pouco sobre o tema.

É um mal que deve ser combatido na sociedade. Não só o racismo, como qualquer intolerância (seja religiosa, de gênero, etc).

26. Em sua opinião como esse tema deveria ser abordado em sala de aula? Você considera que ainda há casos de discriminação referente à cor da pele entre os alunos? (Comentários, piadas e etc.)? E entre os professores?

Não tenho opinião da forma como abordar esse tema nas aulas de humanas. Em matemática, pode-se aproveitar matérias de jornais e revistas sobre esse tema para trabalhar conteúdos de estatística, porcentagem, gráficos e tabelas. Devido ao caráter popular do cursinho, os alunos já são de classes menos favorecidas da sociedade e por isso não noto situações de discriminação entre eles por conta da cor da pele. Entre os professores também nunca presenciei nenhuma situação de discriminação quanto a cor da pele dos alunos, ainda mais porque, em geral, os professores que se voluntariam a participar de um cursinho popular são mais sensíveis à questão da discriminação racial.

27. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

Na minha opinião há um baixo número de pessoas pobres nas universidades públicas e, pela concentração da população negra nessas classes, o baixo número observado é reflexo da condição econômica das pessoas. O filtro do vestibular é injusto e desigual. Não é possível avaliar de uma mesma forma um aluno que venha de uma família de classe média ou alta (cuja única preocupação antes do vestibular é completar o ensino médio em, via de regra, uma escola particular) de um aluno que além de estudar em uma escola pública (que muitas vezes tem carência de professores em todas as disciplinas) ainda precisa trabalhar oito horas por dia para complementar o orçamento familiar.

ENTREVISTAS COM O PROFESSOR DE BIOLOGIA

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação (citar nome da escola e da faculdade)? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

Realizei o Ensino médio em escola particular (Anglo Latino) e apenas estudava e praticava esportes.

Estudei durante um ano em um cursinho pré-vestibular também privado (Etapa). Posteriormente, entrei no curso de Biologia integral, portanto não trabalhava. Realizei iniciação científica durante a graduação e iniciei as aulas em cursinhos populares no quarto ano da graduação, nessa época, o cursinho do Núcleo de Consciência Negra.

Lazer

2. Como você costuma se divertir e entreter?

Prática de esportes, encontros com amigos, bares, baladas, cinema.
Filmes e séries em casa, leitura de livros.

Organização das aulas

3. Como são formadas as turmas e como é a sua relação com ela?

As turmas são formadas no início do ano por uma separação aleatória no dia da confirmação da matrícula.

Durante todo o ano tento manter uma relação de amizade de respeito e de certa forma divertida com todas as turmas.

4. Como costuma planejar a sua aula e os conteúdos?

O planejamento do cronograma é realizado juntamente com a outra prof de Bio. Daí em diante discutimos alguns temas e montamos nossas aulas baseadas em conteúdo de livros, internet e conhecimentos adquiridos.

5. Como você avalia o interesse dos alunos pelas aulas?

O interesse é heterogêneo, acredito que em partes devido a afinidade ou não pela Biologia. No geral, tento criar um clima descontraído e trazer informações interessantes e relevantes sobre os temas abordados para aumentar o interesse dos alunos, porém, nem sempre ocorre como o esperado.

6. Como você avalia o aprendizado dos alunos?

Infelizmente, por termos aulas apenas de sábado, o aprendizado fica bem prejudicado, pois temos muito conteúdo para passar em pouco tempo.

7. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para dar aula?

Não possuímos material no cursinho, portanto todo o material que disponibilizamos para os alunos é de nossa autoria. Utilizamos textos, lista de exercícios e durante as aulas apresento os conteúdos com recursos áudio visuais e atividades

8. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

Tenho ciência que alguns alunos se auto organizam em grupos de estudo. Já em relação a plantões de dúvidas, os professores organizam os mesmos quando percebem demanda dos alunos.

Racismo

9. Como você enxerga o tema racismo? Fale um pouco sobre o tema.

O racismo é, infelizmente, algo intrínseco de nossa sociedade e como consequência de nossa mentalidade e atitudes. Devido a esse fato, devemos

policar nossos pensamentos e atitudes (principalmente em sala de aula), para não reproduzir o racismo dentro do qual fomos criados.

10. Em sua opinião como esse tema deveria ser abordado em sala de aula? Você considera que ainda há casos de discriminação referente à cor da pele entre os alunos? (Comentários, piadas e etc.)? E entre os professores?

O tema deve ser abordado tantas vezes quantas forem possíveis. É nosso dever como educadores desconstruir o pensamento racista dentro e fora de sala, principalmente, dando o exemplo.

Não sei dizer se existe discriminação entre os alunos, pois desde o início, o cursinho se propõe ser um local de inclusão e desconstrutor de preconceitos, entre eles o racial.

Entre os professores existe um consenso que somos racistas, e que é necessário um cuidado redobrado dentro de sala de aula para não reproduzirmos atitudes e pensamentos racistas.

11. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

Alguns estudos demonstram que negros ainda possuem um desempenho pior que brancos, mesmo que da mesma classe social, muito provavelmente devido a todas as outras dificuldades decorrentes do racismo que tem que enfrentar durante sua vida. Este fato, juntamente com a preponderância de pessoas negras nas classes sociais mais baixas, as quais tem pouco acesso à educação de qualidade, explicam o baixo número de alunos negros em universidades.

ENTREVISTAS COM A PROFESSORA DE REDAÇÃO

Perguntas abertas

Formação

1. Como foi a sua experiência no sistema formal de educação (citar nome da escola e da faculdade)? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

Estudei em escolas muito boas (foram várias, particulares, na cidade de que vim - Araraquara, aqui no interior de SP). Fiz três anos de Letras na UNESP de lá e nesse ano transferi o curso aqui para a USP-SP. Fiz atividades extracurriculares bem variadas... Piano, teclado, escoteiro, ginástica olímpica, vôlei, circo, participei de Olimpíadas de Matemática, Física e Astronomia...

Na UNESP, fiz parte do PET, um programa nacional, que junta Ensino, Pesquisa e Extensão. Escrevo poesia, e desde a época em que entrei na faculdade, comecei a participar de Feirinhas no Parque ou eventos na própria UNESP, onde expus meus poemas.

Lazer

2. Como você costuma se divertir e entreter?

Faço esportes, desenho, ouço música, ando meio sem rumo pelo meu bairro/pela USP para descobrir lugares novos.

Organização das aulas

3. Como são formadas as turmas e como é a sua relação com ela?

Entre na metade do ano, para substituir uma professora que precisou sair. Então, quando eu entrei a turma já estava formada. Tenho muito carinho e admiração pelos meus alunos. Por ter entrado mais no final, quando estava começando a conhecer eles melhor o ano acabou... Imagino que ano que vem esse aspecto será mais tranquilo.

4. Como costuma planejar a sua aula e os conteúdos?

Essa é praticamente a minha primeira experiência dando aulas. Em alguns momentos, tentei organizar as aulas muito em cima da hora, o que percebi que prejudicava bastante e tentei melhorar. A minha maior preocupação é o tempo, então tento fazer um plano de aula em que já esteja anotado mais ou menos quanto cada coisa vai durar. Os conteúdos em algum momento segui um cronograma que os professores de redação seguiam (de forma bem livre) já. Em outros momentos, escolhi o que abordaria a partir de dificuldades que observei quando corriji as redações.

5. Como você avalia o interesse dos alunos pelas aulas?

Eles são muito interessados e esforçados, cada um à sua maneira.

6. Como você avalia o aprendizado dos alunos?

Por ter começado a dar aulas praticamente no fim do ano, é difícil avaliar bem uma evolução dos alunos. Via quando eles compreendiam algo em sala, mas, por estar começando a conhecer cada um, não consegui comparar o desempenho de uma redação para outra, relacionar o nome de todos à pessoa, etc.

Alguns alunos faltaram bastante, começando a ver as aulas praticamente só no fim, e tinham dificuldades acumuladas dos anos da escola. Isso me preocupou muito, porque precisaria de bastante tempo para tentar ajudar eles com essas dificuldades.

7. Vocês possuem apostilas ou algum material didático específico? Além disso, quais são os outros materiais e recursos que vocês utilizam para dar aula?

Não. Levo folhas impressas com as propostas de redação ou outras coisas que possam interessar.

8. Vocês possuem grupos de estudos e/ou plantões de dúvidas? Caso tenha, são organizados por quem?

Tivemos monitorias agora no final do ano, além de sempre ocorrerem os Círculos. Acredito que ambos sejam organizados pela Coordenação, mas ela é bastante aberta a sugestões.

Racismo

9. Como você enxerga o tema racismo? Fale um pouco sobre o tema.

Vejo o racismo como uma questão estrutural. Enraizou-se ao longo dos anos, e pode “passar despercebido”. Passar despercebido pra quem não sofre com ele, no caso. Por mais que eu me esforce para entender como é difícil a realidade de um negro no Brasil, sei que nunca vou entender completamente. Porque não é algo que vivo. Talvez a melhor forma de eu agir seja dar espaço pra que quem deve falar, fale, quando eu puder fazer isso. E tentar perceber os privilégios que tenho, que acabam “passando despercebidos” como algo natural (mas não é natural, de jeito nenhum).

10. Em sua opinião como esse tema deveria ser abordado em sala de aula? Você considera que ainda há casos de discriminação referente à cor da pele entre os alunos? (Comentários, piadas e etc.)? E entre os professores?

Eu tenho muita dificuldade em abordar o tema, tenho medo de invadir um lugar de fala que não é o meu. A melhor forma, me parece, é dar voz pra quem vive isso. Seja trazendo autores negros, seja dando voz aos próprios alunos. Não lembro de ter observado nenhum caso, seja entre alunos, seja entre professores.

11. Em sua opinião, por que ainda há um número baixo de pessoas negras na universidade?

Porque normalmente os negros têm o acesso a uma educação de qualidade barrado (e nisso entram questões econômicas que se desenrolam desde muitos anos).

ENTREVISTAS COM A COORDENADORA

Perguntas abertas

Formação

1. **Karina:** Como foi a sua experiência no sistema formal de educação? Nesse período, quais eram suas outras ocupações (se trabalhava, participava de cursos, grupos de estudo, coletivos)?

Entrevistada: Apesar de ser um modelo de escola que eu não considero ideal, eu tenho boas memórias da época da escola. Não sei exatamente qual era a linha pedagógica da escola, mas não era uma escola muito “vestibularesca”. Pra algumas pessoas isso era um grande problema, algumas saíam da escola porque queriam um esquema mais cursinho. Mas isso me possibilitou ter muito trabalho em grupo, essas coisas que escolas mais “suaves” proporcionam e acho que isso foi muito bom pra minha formação.

Karina: Como que você entrou aqui na USP?

Entrevistada: Eu morava em Salvador aí eu terminei a escola e fiz um ano de cursinho (particular). Na época, eu não sabia exatamente o que fazer; eu gostava muito de literatura, cogitei em fazer letras mas aí veio toda uma pressão “isso não dá dinheiro”, “como assim você vai fazer letras?” [...] Eu decidi que eu queria fazer letras, mas eu não queria dar aula, até achava interessante a possibilidade, mas eu não queria seguir carreira de professora [...] Eu prestei pra letras e passei [...] Aí quando eu passei vim pra cá e no primeiro ano continuei meio nessa, sem perspectiva de trabalhar com educação e comecei a dar aula do cursinho no segundo ano da faculdade. [...]

Enquanto eu estava na escola não trabalhei, não fiz muitas outras coisas; e aí quando eu terminei o cursinho, eu trabalhei um tempo antes de vir pra cá (São Paulo). Porque como eu estava com planos de vir pra cá eu queria trabalhar e juntar dinheiro pra vir. Foi por pouco tempo, entre o final de ano e passar [na faculdade] pra vir, mas foi a minha primeira experiência com trabalho formal; eu já tinha dado aula particular antes, mas era esporádico [...]

No segundo ano (da faculdade), foi quando eu entrei no cursinho. [...] No segundo ano comecei um projeto de iniciação científica; me vinculei a um projeto de uma professora e na época não era nada que eu achava ... era “crenças de professores como língua estrangeira”. Me possibilitou alguns estudos teóricos sobre educação que eu nunca tinha tido contato; eu tinha que ler muitas teses, muitas dissertações sobre o ensino de língua estrangeira e acho que isso foi me despertando o interesse em pensar a educação de alguma maneira mais formal. [...]

Eu dava aula de literatura e não me envolvia muito na organização do cursinho; eu não participava muito das reuniões e era isso... só dava aula mesmo, não pensava muito na estrutura, na pedagogia...

[...]

Karina: Você participa de algum coletivo aqui na USP?

Entrevistada: Eu fui do centro acadêmico.

Lazer

2. **Karina:** Como você costuma se divertir e entreter?

Entrevistada: Fico em casa, bebo uma cerveja, vejo um filme. A nossa diversão está muito vinculada ao cursinho. Meus amigos mais próximos são do cursinho, minha namorada é do cursinho. A gente vai no bar tomar uma cerveja, mas a gente está falando do cursinho [...] É muito difícil se desvincular mesmo com essas questões.

Organização das Aulas

3. **Karina:** Como são as aulas?

Entrevistada: As turmas são formadas aleatoriamente, mas com relação ao número de turmas que vai abrir, depende da demanda. A gente costumava abrir quatro turmas; no ano passado a gente teve um número muito alto de inscritos e foi o primeiro ano que a gente decidiu criar uma turma com alunos que já tinham feito parte do cursinho antes. A gente sempre tem alunos que voltam, que não

passam naquele ano, criam laços com o cursinho e voltam a frequentar as aulas. E a gente sentiu que seria meio repetitivo, então criamos essa turma de “alunos de novo”. Eu dava aula pra essa turma ano passado e foi uma experiência bastante interessante, era uma sala com quinze no máximo. [...]

Formação das turmas

Entrevistada: Pra formação das turmas a gente pensa na demanda, quantos alunos a gente tem pra inscrever e a gente vivi reorganizando ela ao longo dos anos. A gente tem uma lista de espera muito grande e a gente abriu uma turma em maio.

Karina: Teve uma lista de espera porque chegou ao número máximo de alunos?

Entrevistada: Isso é uma questão muito difícil de lidar, porque como a gente barra esses alunos?! Não é da nossa cultura política, a gente não acredita nisso de barrar alunos. Mesmo que as turmas estejam lotadas, por outro lado, a gente não quer reproduzir uma lógica do estado de entupir as salas de aula e ter uma aula ruim. No começo do ano tinha aluno passando mal na sala de aula, porque tem umas salas aqui que não têm janelas e era muito ruim. Tinha sessenta pessoas na sala de aula.

Então a gente não pode ignorar também que tem uma estrutura física que não suporta os alunos. A gente não quer uma sala de aula desconfortável. Por isso, a gente achou legal criar essa lista de espera e chamar em outro momento. Criar uma nova turma com todo mundo da lista de espera, que idealmente é bom só que a gente não conseguiu se organizar pra isso. [...]

Karina: Como são organizada as aulas?

Entrevistada: A gente pede que os professores entreguem o planejamento deles. Então a gente sugere que eles consultem o que cai nos principais vestibulares. Ai eles montam os cronogramas e idealmente existem reuniões que a gente discute coletivamente como esses conteúdos podem ser pensados. Por exemplo, as aulas de sociologia dão a mesma coisa que seria pra dar na aula de geografia ou na aula de história. Ainda que não seja a mesma coisa, são coisas que conversam muito. Então a gente tenta que as matérias estejam interligadas. Essa é uma das ideias de como a coordenação tenta sugerir a organização das aulas. Então a gente pede que

os cronogramas estejam prontos no primeiro ano e que as matérias vejam os cronogramas umas da outras pra que a gente tente conversar.

Cronograma anual.

Entrevistada: A gente é cursinho popular e isso vai muito além de ser um cursinho gratuito. A questão financeira é só algo a mais; sim, não cobramos, estão nos nossos princípios, mas não é isso que faz a gente se reivindicar um cursinho popular. A gente entende que educação popular é primordial pra maneira como a gente organiza as aulas. Então tanto dando aula, ou enquanto coordenação pensar na maneira como as aulas são pensadas é fundamental no cursinho.

É obvio que gente tem um objetivo claro e determinado que é fazer com que os alunos entrem na universidade. Porque é esse o objetivo deles e a gente está aqui pra isso. Por outro lado, a gente acredita que educação é algo muito além do que se chama de “conteúdo”. Que conteúdos são muitas outras coisas para além do que o ENEM vai cobrar. Ainda que a gente preze por ter aula “massa” todo o tempo com exercício e tudo mais. Ano passado (2016) com a ocupação das escolas a gente fez uma assembleia e votou que a gente iria participar, em uma escola que uma aluna fazia parte, porque era muito mais importante do que continuar dentro da sala de aula.

E, de certa maneira, quando elas forem organizar suas aulas incorporem, incorporem não, façam o que é obvio, tragam para realidade o que está dando. Não faz sentido, por exemplo, eu que dava aula de romantismo não falar da formação do povo brasileiro de como o racismo existe. Acho que quando a gente pauta educação popular, quando a gente faz formação de professores de educação popular é muito mais pra tentar pensar maneiras de articular toda essa nossa vontade, de fato, de construir uma educação popular com esse nosso objetivo muito concreto que é fazer com que os alunos entrem na Universidade: esse é o nosso grande desafio ao planejar aulas.

Formação de Professores

Entrevistada: Eu estou aqui desde 2012. Enquanto coordenação desde 2014. Muita coisa mudou desde então, principalmente como a gente recebe os professores e como a gente contata os professores. Já tivemos muito problema com professores que destoavam um pouco da nossa linha, isso não significa que a gente quer pessoas que concordem absolutamente com tudo que a gente. Mas para além de cursinho, a gente é um movimento social, é um movimento político. Então não faz sentido alguém entrar num movimento social sem concordar com a pauta desse movimento social. E aí hoje, o que a gente tenta fazer antes de chamar alguém pra dar aula no cursinho é conversar bastante com essa pessoa, e deixar ver mesmo, se a gente está em sintonia. Por exemplo, a gente tem uma pauta muito forte com relação ao machismo. E aí a gente já teve caso de professores que assediam alunas, ou que fazem comentários machistas em sala de aula, como em fórmulas, sabe essa de física? ... Não faz sentido.

Entre nós da coordenação a gente tentou deixar mais claro quais eram nossos pontos principais, que é imprescindível saber que a gente não está aqui fazendo um trabalho voluntário para ir pro céu. Não é caridade o que a gente está fazendo. Se estamos aqui enquanto movimento social a gente é parceiro dos alunos, a gente está junto lutando. Isso é uma coisa que a gente estabeleceu como básica e que falamos muito para todos os professores. Então se você decidir ser professora, a gente vai sentar e eu vou falar pra você: “aqui não é um lugar pra você fazer uma boa ação e ir pro céu”. [...] A gente manda um e-mail antes da conversa com todos os pontos e fala: “o que você acha desses pontos? Faz sentido pra você estar aqui?”. A pessoa não vai ganhar nada pra entrar aqui, não tem porque ela gastar o fim de semana dela pra vir pra cá trabalhar por uma coisa que não acredita. [...] Vai muito além de ser a favor ou contra cotas. A gente já teve um professor que era contra cotas. É um problema pra gente? Muito! Porque é algo básico, algo pelo que a gente milita, mas era uma pessoa muito aberta à discussão e que dificilmente em sala de aula estaria falando contra cotas.

Quando a gente fazia parte da rede Emancipa existia semestralmente uma formação de professores. Então eles se reivindicam freirianos e aí tinha esse momento de ler alguma coisa do Paulo Freire pra pensar, porque não adianta a gente se reivindicar freiriano porque ele é o cara da educação popular mas a gente

não está em contato com o que ele está falando. E aí a gente acabou mantendo esse modelo. [...] A gente tentou pensar como algumas questões de minorias estão na sala de aula. Tanto do lado dos professores, quanto dos alunos. Por exemplo, uma que participei, a gente tentou pensar enquanto professoras, o fato de eu ser uma professora lésbica como isso afetou a minha formação, se isso era relevante. Uma outra menina falou sobre o fato de ser uma professora negra dando aula e outro menino que era aluno que falou de ser bissexual e fazer parte um movimento de educação popular. Então, como essas coisas estão relacionadas à educação popular? Tem alguma coisa a ver com isso? A gente precisa pautar essas questões? Por que é relevante? E a gente usa muito a Bell Hooks; acho que ela é brilhante ao trazer esses temas para a sala de aula. E essa formação acho que deu assim... fez com que a gente despertasse esse olhar para como poderíamos trazer os professores para essas pautas que a gente tanto defende; pra sair um pouco do discurso da “conversa de corredor” e ter um dia mais aprofundado. Então, por exemplo, uma questão que a gente fala muito e tem muito a ver com a minha pesquisa individualmente é a questão da lei 10.639 que traz o conteúdo e a história afro-brasileira para dentro da sala de aula. Eu, enquanto professora de literatura, a todo momento estava pensando nisso; inclusive porque é difícil, na minha vida, não está pautando questões de raça, de gênero, de sexualidade com qualquer coisa que eu lide. Por outro lado, os professores de exatas não se dão ao trabalho. Então é: “ah, que legal, massa, mas química não tem como pautar essas coisas”. E, aí, uma das coisas que a gente fez no ano passado foi, na atividade final, propor para que os professores tentassem fazer planos de aula – e na aquele foi bem aberto – que rompesse com o tradicional. Então, você vai dar aula de química, por que você não fala das mulheres fudas de química? Você vai dar aula de matemática, por que você não usa aquele joguinho que a galera fez na África? Então, a nossa formação também tem essa tentativa de instigar práticas pedagógicas que fujam do cotidiano. Como a gente rompeu com o Emancipa, no meio do ano, a gente estava meio... não diria “perdida” – até porque eles não norteavam também tanto assim nossos planos –, mas a gente queria se estabelecer um pouco mais. Então, fizemos um congressos dos professores e acho que foi um dos momentos mais interessantes que a gente teve porque a gente estava tentando se pensar.

Karina: Foram só os professores daqui?

Entrevistada: Não, foi um espaço aberto; podia vir quem quisesse. A gente chamou de Primeiro Congresso do Cursinho Popular Florestan Fernandes e participaram oficialmente professores e estudantes do cursinho, mas vieram pessoas de fora. E a gente fez uma mesa com o professor Eli da Faculdade de Educação aqui da USP, com o Douglas Beoquior que tem um trabalho muito massa com cursinho popular, ele é fundador da Uniafro e com a Edneia Golçalvez que é uma socióloga que trabalha a muito tempo com EJA e trabalha hoje na Ação Educativa.

Karina: Tem alguma coisa registrada desse Congresso?

Entrevistada: No fim do dia, a gente fez uma carta de princípios do cursinho. Foi a síntese desse nosso encontro; então, a gente se juntou. [...] A gente teve uma mesa com ex-alunos que hoje são do cursinho. [...] E eles perguntaram o que estava dando errado no cursinho e eles investigaram, foram contatando os alunos [...] e trouxeram – porque a gente sabe que é muito difícil que eles os alunos cheguem na gente e falem ó: “isso aqui é uma merda” – então, eles falaram muito do comprometimento dos professores, com as pautas do cursinho, de vir para o cursinho – porque esse era um problema que a gente tinha muito: eles faltavam muito às aulas e não avisavam, sumiam –, falaram também da questão das reuniões (então, os professores não vão para as reuniões). Depois, à tarde, já tendo quebrado um pouco essa barreira de não podermos falar quais eram os problemas, a gente fez círculos, rodinhas com os alunos e sistematizou essas coisas: sugestões do que mudar, coisas massas que tinham que manter, nossas bandeiras (por o que a gente luta mesmo?: tipo: a gente é contra a lgbtfobia e isso tem que estar em nossa carta de princípios). No auditório, juntou todo mundo, cada sistematizador do grupo leu o que tinha saído dali e a gente construiu, mais ou menos, nossa carta de princípios. Com a correria da vida, essa carta ficou meio estagnada formalmente. Mas esses registros estão lá. E o que eu achei mais interessante é que a gente conseguiu cumprir várias dessas pautas. [...]

Racismo

4. **Karina:** Como você enxerga o tema racismo?

Entrevistada: Foi uma questão muito importante pra ser debatida aqui. Inclusive para o meu próprio reconhecimento de uma pessoa que não é branca mas demorou muito para entender isso. A gente pautar essas questões aproximam muito os estudantes da gente. Ao longo dos anos, nossos estudantes foram ficando mais negros, tanto os que, obviamente, já eram negros, quanto aqueles que tinham um afastamento. E aí por questões muito simples: do cabelo, de se afirmar ...

É doido, porque muitos alunos nossos foram ficando mais bonitos. Tipo, se abrindo, se afirmando. É muito louco de perceber e eu acho que isso é uma consequência de quando a gente pauta essas questões no círculo.

Quando a gente fala da questão da violência... de como funciona isso no Brasil... Será mesmo que você é branco? Pensa direitinho no que você viveu até hoje...

Aí a gente traz a questão das cotas raciais. Não tem como a gente falar de cursinho, sem falar de cota e não tem como falar de cota sem falar de racismo. Então é impossível que esse tema não apareça, tanto nas conversas informais de corredor, quanto nas aulas. Você vai dar a sua aula de sociologia sem pautar raça?

Essa é uma questão primordial também na hora que a gente vai chamar professores. A gente percebe que aproximando professores negros e indígenas do cursinho, muda muito a relação dos alunos com o tema.

Não faz sentido a gente ficar falando que a faculdade é muito branca e só ter professores brancos aqui dando aula.

A gente está em um lugar muito marcado pelo racismo. Nosso cursinho está na USP e para nossos alunos entrarem aqui, passam por uma portaria e muitos deles eram barrados. E porquê? Aleatoriamente? Eu duvido!

Então é impossível a gente não pautar a questão racial. No congresso que vai ter esse ano, vamos pensar “como é que nossos alunos brancos recebem essa questão do recorte racial?”

5. **Karina:** Na trajetória do cursinho, já houve casos de racismo? Como eles foram tratados?

Entrevistada: Eu não sei te contar algum caso explicitamente. Com certeza teve, mas a gente não dá conta de receber tudo. Já teve um caso de uma aluna nossa, era uma primeira aula de inglês e ela era uma aluna fazendo cursinho pela segunda

vez e ela tinha sido aprovada pela Federal do Rio de Janeiro. Aí quando ela falou isso na sala, um moleque branco ficou duvidando.

Então é racismo? Pode ser que não ... Mas não teria muitos outros motivos pra ele duvidar dela que não por uma questão racial.

Para além disso, uma questão muito forte é aquilo que estava falando dos conteúdos. Em um ano... a gente sugere que os professores relacionem suas aulas com o tema que estamos trabalhando. E aí um dos professores, que concidentemente ou não, é exatamente o padrão de homem branco, heterossexual e classe média alta, em uma reunião sobre o mês negro a gente estava pensando em como trazer para aula esses temas que estávamos trabalhando. Na época dava aula de arte e falou “ah, até então eu não consegui falar de mulher porque não tem nada até agora, mas com relação ao mês negro podem ficar tranquilos porque eu vou dar uma aula de folclore”. Em relação a questão de gênero, eu falei pra ele que o não existir já é um tema, se não tinha mulheres até então na arte é algo pra se falar, você problematiza isso. E folclore? É sério?

Karina: Ele é professor ainda?

Entrevistada: Ele cola quando quer. Não é professor fixo mas vem eventualmente quando quer dar uma oficina.

Uma resposta que a gente deu, foi nas formações de professores trazer esse tema e tentar pensar em como incorporar isso nas nossas aulas.